



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

A Influência de Fatores Individuais e Contextuais no Sentimento
Psicológico de Comunidade na Alta de Lisboa

Filipa Alexandra das Neves Marques Gagueija

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Psicologia Comunitária e Proteção de Menores

Orientador(a):
Doutora Susana Carvalhosa, professora auxiliar,
ISCTE-IUL

setembro, 2014

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

**A Influência de Fatores Individuais e Contextuais no Sentimento
Psicológico de Comunidade na Alta de Lisboa**

Filipa Alexandra das Neves Marques Gagueija

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Psicologia Comunitária e Proteção de Menores

Orientador(a):
Doutora Susana Carvalhosa, professora auxiliar,
ISCTE-IUL

setembro, 2014

“A proper community, we should remember also, is a commonwealth: a place, a resource, an economy. It answers the needs, practical as well as social and spiritual, of its members - among them the need to need one another.”

(Wendell Berry, 2002, p. 63)

Agradecimentos

A realização deste árduo trabalho não teria sido possível sem a colaboração e o apoio incondicional de algumas pessoas, a quem expresso os meus mais sinceros agradecimentos:

À Professora Doutora Susana Carvalhosa, pela orientação e partilha de conhecimentos e sugestões tão importantes para a concretização da presente investigação, e ainda pela disponibilidade, atenção, confiança e incentivo que sempre me transmitiu.

Às minhas colegas de Mestrado, pela motivação e pela partilha de dúvidas e ideias que permitiram enriquecer o presente trabalho.

Aos residentes da Alta de Lisboa e aos técnicos das várias entidades que colaboraram na recolha de dados, cujo contributo foi de extrema importância para a presente investigação.

Aos meus amigos, especialmente aos que acompanharam de perto este meu percurso e que estiveram lá, sobretudo nos momentos mais difíceis, apoiando-me através de palavras, sorrisos e atos.

Aos meus pais, aos meus familiares e ao Eduardo, por toda a paciência e carinho demonstrados, essenciais forças motivadoras para a concretização de mais uma importante etapa da minha vida.

Um enorme obrigado a todos.

Resumo

A presente investigação analisa a influência de fatores individuais (participação em grupos e/ou associações locais, personalidade (extroversão) e estatuto socioeconómico) e de fatores comunitários (relações de vizinhança (RV) e tipo de habitação), no sentimento psicológico de comunidade (SPC), numa perspetiva interacionista. Participaram no estudo 156 residentes da Alta de Lisboa, que preencheram um inquérito de auto-relato, composto pelas Escala Breve de Sentido de Comunidade, Escala de Extroversão do NEO Five Factor Inventory e Escala de Relações de Vizinhança e ainda por questões que permitiram avaliar a participação em grupos e/ou associações locais e alguns aspetos sociodemográficos. Os resultados sugerem que cada uma das variáveis estudadas está associada ao SPC e que este é influenciado por ambos os tipos de fatores. Os fatores individuais e comunitários, separadamente, explicam 49% e 60%, respetivamente, da variação do SPC. A Participação e as RV são as que mais contribuem para este resultado. Quando incluídos no mesmo modelo explicam 63% da variação do SPC, sendo as RV a que mais contribui para o mesmo. Consistente com estudos anteriores, conclui-se que tanto os fatores individuais como os fatores comunitários têm um importante papel no Sentimento Psicológico de Comunidade dos residentes, pelo que é fundamental que os técnicos tenham ambos em consideração aquando do desenho de intervenções comunitárias, que se torna particularmente desafiante em contextos heterogéneos.

Palavras-chave: Sentimento Psicológico de Comunidade; Participação; Extroversão; Estatuto Socioeconómico; Relações de Vizinhança.

Classificação da American Psychological Association (APA):

3373 – Comunidade e Serviços Sociais

3120 – Traços de Personalidade e Processos

Abstract

The present investigation explores the influence of individual factors (participation in groups and/or local associations, personality (extraversion) and socioeconomic status) and of community factors (neighboring and housing type) in Psychological Sense of Community (PSC), in an interactionist perspective. The participants were 156 residents living in Alta de Lisboa, who filled a self-report questionnaire consisting of Brief Sense of Community Scale, Extraversion Scale from the NEO Five Factor Inventory, Neighboring Scale and also questions to evaluate the participation in groups and/or local associations, as well as socio-demographic aspects. The results suggest that all of the variables in study are associated with PSC and that it is influenced by both type of factors. Individual and community factors, separately, explain 49% and 60%, respectively, of the variation of PSC. Participation and Neighboring are the ones who most contribute to this result. When included in the same model, they explain 63% of the variation of PSC, with Neighboring being the variable who most contribute to it. In conclusion, these findings highlight the important role of both individual and community factors in the residents' Psychological Sense of Community, therefore it is fundamental that professionals of the area take both factors in account while delineating community interventions, which is particularly challenging in heterogeneous contexts.

Palavras-chave: Psychological Sense of Community; Participation; Extraversion; Socioeconomic Status; Neighboring.

APA Classification Categories and Codes:

3373 – Community and Social Services

3120 – Personality Traits and Processes

Índice

Introdução	1
Capítulo I. Enquadramento teórico	3
Comunidade.....	3
Sentimento Psicológico de Comunidade.....	5
Variáveis individuais que contribuem para o SPC	8
Participação em grupos e/ou associações locais	8
Personalidade – Extroversão.....	9
Estatuto Socioeconómico.....	14
Variáveis comunitárias que contribuem para o SPC.....	14
Relações de Vizinhaça.....	14
Tipo de habitação	18
Modelo Estrutural e Hipóteses do Estudo	19
Capítulo II. Metodologia	21
Participantes	21
Instrumentos	22
Procedimento.....	25
Análises Estatísticas Utilizadas	27
Capítulo III. Resultados e Análises	28
Estatística Descritiva das Variáveis Estudadas	28
Participação e SPC.....	29
Extroversão e SPC	30
ESE e SPC.....	30
RV e SPC	30
Tipo de habitação e SPC	31
Variáveis individuais e SPC	31
Variáveis comunitárias e SPC	32

Variáveis individuais, variáveis comunitárias e SPC	32
Capítulo IV. Discussão e Conclusões	34
Limitações do Estudo.....	38
Contributos do Estudo.....	39
Sugestões para Estudos Futuros	40
Conclusões.....	41
Referências.....	42
Anexo A.....	49

Índice de quadros

Quadro 1 – Caracterização da Amostra: Análise Descritiva

Quadro 2 – Escalões do ESE

Quadro 3 – Médias, Desvios-Padrão e Correlações das Variáveis Quantitativas em Estudo

Quadro 4 – Descrição das Variáveis Qualitativas em Estudo

Quadro 5 – Resultados do Teste *t*: Diferenças no SPC entre Participantes e Não Participantes

Quadro 6 – Resultados da Análise de Variância: Diferenças no SPC entre os vários ESE

Quadro 7 – Resultados do Teste *t*: Diferenças no SPC entre Moradores de Venda Livre e de Realojamento

Quadro 8 – Resultados da Regressão Linear Múltipla: Impacto dos fatores individuais no SPC dos residentes da AL

Quadro 9 – Resultados da Regressão Linear Múltipla: Impacto dos fatores comunitários no SPC dos residentes da AL

Quadro 10 – Resultados da Regressão Linear Múltipla: Impacto dos fatores individuais e dos fatores comunitários no SPC dos residentes da AL

Índice de figuras

Figura 1 – Modelo estrutural teórico.

Glossário de siglas

AL – Alta de Lisboa

ESE – Estatuto Socioeconómico

EXT – Extroversão

CML – Câmara Municipal de Lisboa

PART – Participação

RV – Relações de Vizinhança

SPC – Sentimento Psicológico de Comunidade

VL – Venda Livre

Introdução

Durante os últimos anos, a pertença a comunidades e os benefícios e as responsabilidades que estas implicam tem sido alvo de muita atenção. Devido a fatores como a crescente urbanização, a globalização e o impacto da mesma nas diferentes culturas, o isolamento físico da família e dos amigos e o medo do desconhecido, a imagem da pertença e o apoio prestado pela comunidade tem-se revelado de extrema importância (Bess, Fisher, Sonn & Bishop, 2002; Hunter & Riger, 1986), nomeadamente para o bem-estar das populações (*e.g.* Davidson & Cotter, 1991; Farrell, Aubry & Coloumbe, 2004; Morais, 2010).

A Psicologia Social e a Psicologia Comunitária têm-se debruçado sobre este problema, dando importância ao estudo do Sentimento Psicológico de Comunidade (SPC) como forma de promover o bem-estar das comunidades. Neste sentido, têm sido estudados os vários fatores que influenciam o SPC, nomeadamente fatores contextuais (*e.g.* satisfação com o bairro, contacto com os vizinhos; Unger & Wandersman, 1985) e fatores individuais (*e.g.* sexo, idade, formação académica; Prezza & Constantini, 1998). Ao nível dos fatores contextuais, as Relações de Vizinhança (RV) têm sido apontadas como um dos mais fortes preditores do SPC (*e.g.* Prezza, Amici, Roberti & Tedeschi, 2001). Relativamente aos fatores individuais, apenas recentemente se tem estudado uma das características individuais mais salientes – a personalidade, e mais especificamente o traço Extroversão (*e.g.* Lounsbury, Loveland & Gibson, 2003) – e a sua relação com o SPC. Se os atributos da comunidade têm impacto no SPC na medida em que permitem a atribuição de significados psicológicos, os atributos personológicos medeiam o significado das comunidades para o indivíduo, afetando, consequentemente, o SPC (Lounsbury & DeNeui, 1996). Por sua vez, a perceção que o indivíduo tem do bairro pode influenciar a participação deste em associações locais por forma a melhorar a qualidade do ambiente físico, o que pode contribuir para um maior SPC e para o aumento das RV (Florin & Wandersman, 1984; Wandersman & Giamartino, 1980).

Os contributos do indivíduo e da comunidade são ambos essenciais para a construção de uma comunidade saudável e revela-se de extrema importância conhecer de que forma se pode tirar o melhor partido da conjugação de ambos os fatores na construção do SPC (Hill, 1996). Assim, o presente estudo visa avaliar a influência que os dois tipos de fatores, individuais e comunitários, têm no SPC dos residentes de um determinado bairro. Para tal, serão estudados, enquanto fatores individuais, a Participação em grupos/associações locais, a Extroversão e o Estatuto Socioeconómico e, enquanto fatores comunitários, as RV e o tipo de habitação dos participantes.

Optámos por operacionalizar este estudo na Alta de Lisboa, pois este é um bairro com uma grande heterogeneidade social, que conta com cerca de 32 000 habitantes, entre população realojada e compradores de venda livre (Carapinha, 2010). Duas das características mais pronunciadas deste bairro são a discrepância do estatuto socioeconómico (ESE) dos moradores e a existência de um enorme tecido associativo, que visa colmatar as necessidades derivadas das diversas problemáticas sociais.

O interesse nesta temática prende-se com a tentativa de compreender quais os fatores que afetam o SPC e qual a importância dos mesmos, numa perspetiva interacionista (Ekehammar, 1976; Hill, 1996; Magnusson & Endler, 1977). Este interesse surge sobretudo derivado da leitura dos escassos artigos que relacionam o SPC com a personalidade, da pouca pesquisa que tem sido desenvolvida acerca desta relação (não tendo sido encontrada nenhuma publicação a nível nacional) e da importância das relações entre vizinhos, que embora extremamente relevantes, estão a sofrer alterações, sobretudo em meio urbano. Prende-se, ainda, com a anteriormente referida discrepância social, com o especial número de associações de base local existente na Alta de Lisboa e com o interesse em perceber de que forma é que estas características influenciam o SPC dos residentes.

A presente investigação encontra-se estruturada em quatro capítulos: no primeiro é feito o enquadramento teórico da temática em estudo, através da revisão de literatura acerca das variáveis estudadas e da relação entre elas, propondo-se um modelo de investigação e algumas hipóteses para o estudo; no segundo, é descrita a metodologia utilizada, que engloba a seleção/caracterização dos participantes, os instrumentos utilizados na recolha de dados e a descrição da forma como foi conduzido o estudo; no terceiro capítulo, apresentam-se os principais resultados decorrentes da análise estatística dos dados, obtidos através de análises fatoriais, testes *t* de *student*, análises de variância e de regressões lineares; no quarto e último capítulo é feita a discussão dos resultados, com referência às limitações e às potencialidades do estudo e apresentadas as principais conclusões e sugestões para investigações futuras.

Capítulo I. Enquadramento teórico

Para tornar possível a compreensão do presente estudo é necessário entender os conceitos fundamentais tratados no mesmo – SPC, Extroversão, Participação, Estatuto Socioeconómico, RV e Tipo de Habitação. Neste capítulo é feito o enquadramento teórico desta problemática, salientando a literatura mais relevante e pertinente que permite definir e articular estas variáveis.

Comunidade

Não é possível compreender o significado de Sentimento Psicológico de Comunidade (SPC) sem antes perceber o significado de comunidade. O termo *comunidade* tem vindo a ser usado de forma ambígua, tendo Hillary (1955) encontrado 94 definições para o conceito. Comunidade tem sido definida como “um grupo de pessoas que partilham problemas, interesses, e recursos, que interagem uns com os outros, e que reconhecem que pertencem a uma comunidade” (para uma revisão, ver Garcia, Giuliani, & Wiesenfeld, 1999), tendo Heller (1989) acrescentado uma dimensão de poder político por parte dos seus membros, ou seja, a capacidade de criar e desenvolver estruturas sociais que satisfaçam as necessidades dos seus membros (Amaro, 2007). Gusfield (1975) e vários teóricos do SPC (*e.g.* Chavis & Newbrough, 1986; Dunham, 1986; Pretty & McCarthy, 1991) consideram existir dois tipos de comunidades: as territoriais ou geográficas e as relacionais. As comunidades geográficas são aquelas em que tradicionalmente pensamos quando ouvimos a palavra comunidade: pensamos numa pequena cidade ou bairro, na qual os residentes se conhecem bem e da qual se sentem membros, onde trocam apoio emocional e/ou instrumental, pois sabem que os restantes elementos se preocupam com eles (Bess et al., 2002). Ou seja, através do contacto com outros residentes e da utilização de recursos locais, os indivíduos sentem que podem satisfazer as suas necessidades e influenciar o que acontece na comunidade. No entanto, existem também as comunidades relacionais, que traduzem a “qualidade das relações humanas, sem referência à localização” (Gusfield, 1975, p. 16), baseando-se na partilha de interesses e valores comuns aos seus membros, e de que são exemplos a profissão, a religião e os grupos ou fóruns *online*. Neste tipo de comunidades, o SPC implica mais do que um contacto físico; implica que os membros se sintam parte integrante do grupo, revelando sentimentos de afiliação e identificação com o mesmo.

Os indivíduos têm um maior controlo sobre a sua inclusão nas comunidades relacionais do que nas comunidades geográficas (Amaro, 2007), mas embora Durkheim (1964) observe que a sociedade moderna desenvolve mais comunidades em torno de interesses do que em torno de localidades, estes dois tipos não são mutuamente exclusivos. Uma comunidade relacional pode também ser geográfica, se possuir uma base territorial (Ornelas, 2008) e os indivíduos podem pertencer a várias comunidades, de ambos os tipos, embora a importância relativa das mesmas e as ligações que tenham a elas variem ao longo do tempo e conforme as circunstâncias (Fisher & Sonn, 1999). Embora distintas, as comunidades geográficas e as relacionais são similares uma vez que são constituídas por pessoas, instituições, recursos e meios para a sua divulgação (Amaro, 2007), o que possibilita a aplicação do conceito de SPC a ambas (Burroughs & Eby, 1998; Chavis & Newbrough, 1986; Dunham, 1986; McMillan & Chavis, 1986; Pretty & McCarthy, 1991; Sarason, 1974).

Grande parte da investigação realizada acerca do SPC utilizou a noção de comunidade geográfica – vizinhança de um bairro, por exemplo – como unidade de estudo (Amaro, 2007) e tal pode dever-se a fatores como: (a) a facilidade de conceptualizar o constructo comunidade quando existem fronteiras físicas, (b) a ligação histórica da comunidade a um local (Dunham, 1986) ou (c) devido ao facto de a unidade de referência de um dos mais relevantes instrumentos de medida do SPC, *Sense of Community Index* (SCI; Chavis, Hogge, McMillan, & Wandersman, 1986; Perkins, Florin, Rich, Wandersman, & Chavis, 1990), ser a de “bloco de edifícios” (embora os autores refiram que possa ser substituída por outra unidade; Amaro, 2007). Porém, Amaro (2007) chama a atenção para o papel do SPC enquanto forma de distinguir os conceitos de vizinhança e de comunidade, no âmbito das Comunidades Geográficas, onde normalmente são utilizados quase como sinónimos. Apenas se consegue avaliar se a vizinhança é também uma comunidade se existir SPC, uma vez que não se pode inferir diretamente que pelo facto de partilharem um mesmo espaço tenham necessariamente de interagir, partilhar recursos e poder coletivo ou mesmo de se reconhecerem enquanto parte de uma comunidade (Montero, 2004).

Conclui-se assim que o termo comunidade vai mais além do que a simples partilha de um espaço físico, como por exemplo um bairro, englobando as interações entre os indivíduos e a noção de pertença ao grupo.

Sentimento Psicológico de Comunidade

Um dos principais conceitos em Psicologia Comunitária e o elemento que caracteriza qualquer comunidade saudável (Obst & White, 2005) é o *sentimento psicológico de comunidade* (SPC), definido inicialmente por Sarason (1974) como

“a percepção de semelhança com os outros, o reconhecimento da interdependência com os outros, a vontade de manter essa interdependência, dando ou fazendo pelos outros o que se espera deles, o sentimento de que se é parte de uma estrutura estável, da qual se pode depender” (p. 157).

A primeira e mais referenciada (Amaro, 2007) teoria do SPC, baseada na definição de Sarason (1974), surgiu em 1986 por McMillan e Chavis e mesmo após vinte anos de pesquisa “permanece a principal âncora teórica para a maioria dos estudos acerca do SPC” (Mannarini & Fedi, 2009, p. 212).

Este modelo identifica as quatro componentes que constituem a dinâmica e descreve o processo pelo qual trabalham em conjunto para produzir o SPC. Para McMillan e Chavis (1986), o SPC é uma variável psicológica, definida com base: (a) no estatuto de membro, (b) na influência, (c) na integração e satisfação de necessidades e (d) nas ligações emocionais partilhadas.

O Estatuto de Membro consiste no sentimento de fazer parte de uma comunidade e identificar-se com ela e é constituído por cinco atributos que funcionam em simultâneo e que definem quem faz ou não parte da comunidade. Os *Limites* permitem uma distinção entre as pessoas que pertencem e as que não pertencem à comunidade, podendo servir para que os membros se sintam emocionalmente seguros, o que permite uma exposição ao grupo de necessidades e sentimentos, num ambiente de intimidade (Bean, 1971; Ehrlich & Graeven, 1971), ou atuar como barreiras e criar uma distância social face aos elementos que não pertencem ao grupo. A *Segurança Emocional* advém dos limites estabelecidos, que providenciam estrutura e segurança que protege a intimidade do grupo. O *Sentimento de Pertença e de Identificação* envolve o sentimento, a crença e a expectativa que a pessoa se enquadra no grupo, que tem um lugar no mesmo e que é por ele aceite. O papel da identificação com o grupo é de extrema importância, na medida em que facilita o investimento pessoal, um elemento relevante para o estatuto de membro e para o SPC, que possibilita o desenvolvimento de uma ligação emocional e que faz com que a pertença ao grupo seja mais significativa e valiosa (McMillan & Chavis, 1986). O *Sistema de Símbolos Comuns* tem como função criar e manter o SPC, sobretudo os limites de grupo, sendo estas

convencões sociais utilizadas intencionalmente para criar uma distância social entre membros e não membros (McMillan & Chavis, 1986).

A Influência refere-se ao processo bidirecional que ocorre simultaneamente entre a comunidade e os seus membros. Por um lado, para que um membro se sinta atraído por um grupo tem que ter alguma influência naquilo que o grupo faz (Peterson & Martens, 1972; Zander & Cohen, 1955); por outro, a coesão depende da capacidade que o grupo tem para influenciar os seus membros (Kelley & Volkart, 1952; Kelley & Woodruff, 1956).

A Integração e Satisfação das Necessidades consiste na perceção que os membros da comunidade têm de que esta lhes oferece os recursos necessários, atuando como um reforço, que motiva o comportamento dos membros e mantém o sentimento de união do grupo.

As Ligações Emocionais Partilhadas dizem respeito ao sentimento de intimidade e conforto, decorrente do compromisso e da crença de que os membros da comunidade partilham ou irão partilhar histórias de vida e espaços comuns, tempo em conjunto e experiências idênticas (McMillan & Chavis, 1986). O desenvolvimento de ligações emocionais passa pela frequência de contactos positivos e próximos entre os membros, pelo investimento dos membros na comunidade, pela qualidade e clareza das interações, pelo reconhecimento e valorização da participação dos membros pela comunidade, pela partilha de experiências importantes e pelas ligações espirituais à comunidade.

O SPC tem vindo a ser concebido e medido como um constructo ao nível individual (Perkins & Long, 2002) e grupal ou da comunidade (Buckner, 1988; Fisher & Sonn, 1999; Perkins et al., 1990). McMillan e Chavis (1986) referem que o SPC não é um sentimento estático, pois é afetado pela alteração de valores ao longo do tempo e por forças externas tais como o comércio, os meios de comunicação social, os transportes, e fatores económicos relacionados com o emprego.

Uma visão mais leiga do SPC leva a que muitos o considerem como um género de estado final, positivo em si mesmo. Outros consideram-no um preditor de resultados positivos ou negativos, ou seja, é necessário ter SPC para atingir uma série de benefícios. Outra forma ainda de entender o SPC é como um processo no qual os membros interagem, desenham a sua identidade, obtêm suporte social e contribuem para o bem comum (Bess et al., 2002).

São inúmeros os benefícios que derivam da experiência de um SPC elevado, isto é, uma forte ligação entre o indivíduo e o seu local de residência. O SPC promove um maior sentimento de identificação e uma maior autoconfiança, facilita as relações sociais, combate a solidão e o anonimato (Prezza & Constantini, 1998), facilita estratégias de *coping* e de resolução de problemas, contribuindo para o aumento da qualidade de vida, do envolvimento

comunitário (Chavis & Wandersman, 1990; Farrell et al., 2004) e do bem-estar individual (Bachrach & Zautra, 1985; Davidson & Cotter, 1991; Riger & Lavrakas, 1981). No entanto, ter um baixo SPC também pode ser benéfico. Brodsky (1996) concluiu que algumas mães solteiras resilientes, que vivem em bairros problemáticos e com baixo ESE, consideram que ter um SPC negativo é um fator protetor, pois encaram como muito altos os custos de se identificarem e de dependerem da sua comunidade, daí considerarem o seu isolamento face à mesma como uma estratégia de proteção para elas e para as suas famílias.

O SPC deverá ser entendido enquanto variável central na Psicologia Comunitária, ao nível teórico e de investigação, o que proporcionará os conhecimentos necessários para uma aplicação ao nível prático no desenvolvimento comunitário, no fortalecimento da comunidade (Sarason, 1986). Segundo Amaro (2007), o SPC permite às organizações a identificação de necessidades e o estabelecimento de prioridades para as comunidades; a valorização individual dos bairros da cidade no geral; o desenho e avaliação das intervenções económicas, sociais e de promoção da saúde; a avaliação da saúde global das comunidades; e ainda o planeamento de novas comunidades e o fortalecimento das existentes.

Por todos estes motivos, o presente estudo visa aprofundar mais um pouco alguns dos fatores que influenciam o SPC, baseando-se numa perspetiva interacionista que considera este constructo enquanto o produto de variáveis individuais e variáveis relacionadas com a comunidade (Ekehammar, 1976; Hill, 1996; Magnusson & Endler, 1977). O SPC tem sido associado a variáveis relacionadas com o indivíduo e com a comunidade, nomeadamente os anos de moradia no bairro, a idade, a formação académica, o estado civil, o tamanho do agregado familiar, a pertença a grupos/associações do bairro, as RV estabelecidas, o número de vizinhos conhecidos pelo nome e o número de anos que se espera viver no bairro (*e.g.* Buckner, 1988; Glynn, 1981; Prezza & Constantini, 1998; Prezza et al., 2001).

Optou-se por avaliar o SPC numa comunidade territorial, a Alta de Lisboa (AL). Situada na periferia norte da cidade de Lisboa, a AL foi outrora, na década de noventa, um local caracterizado por condições extremamente precárias de habitação, que englobava diversos bairros (*e.g.* Musgueira, Bairro da Cruz Vermelha). Entre 1997 e 2007, no âmbito do Plano de Urbanização do Alto do Lumiar, que visava a renovação e expansão urbana desta zona da cidade, os habitantes dos referidos bairros passaram por um processo de realojamento, sobretudo entre 2000 e 2001 (K’Cidade & CEDRU, 2009), período em que começaram a ser construídos também condomínios privados, para venda. Atualmente, a AL é um território bastante extenso, que engloba as freguesias do Lumiar e Santa Clara, e que possui um forte tecido associativo, contando, segundo documentos internos do programa de

desenvolvimento urbano K' Cidade, com cerca de 30 associações de base local (ABL). Tem uma população estimada de 32 000 pessoas, 19 500 moradores de habitação de venda livre e 12 500 moradores de habitação de realojamento, sendo a sua principal característica a heterogeneidade, tanto ao nível social, como cultural, étnico e económico (Carapinha, 2010). Pelo carácter único da AL, derivado das características referidas, e pelo facto de a investigadora ter lá desenvolvido o seu estágio curricular e, conseqüentemente, conhecer relativamente bem o território, considerou-se que esta seria uma excelente comunidade na qual desenvolver uma investigação acerca do SPC. Para tal, resolveu-se estudar enquanto variáveis individuais a Participação em grupos e/ou associações locais, o traço de personalidade Extroversão e o Estatuto Socioeconómico dos indivíduos. Enquanto variáveis relacionadas com a comunidade, optámos por incluir as RV e o tipo de habitação dos participantes.

Variáveis individuais que contribuem para o SPC

Participação em grupos e/ou associações locais

Os membros da comunidade que participam ativamente no desenvolvimento do seu bairro e que estão associados a algum tipo de organização local, as próprias organizações e mesmo as comunidades possuem um grande SPC (Chavis & Wandersman, 1990; Perkins & Long, 2002); sentimento de eficácia coletiva ou *empowerment* (Florin & Wandersman, 1984; Perkins, Brown & Taylor., 1996), de RV (Perkins et al., 1990; Unger & Wandersman, 1985); de satisfação com a comunidade (Perkins et al., 1990) e outras ligações positivas à comunidade e a atividades organizacionais (Perkins et al., 1996).

A relação entre a participação e o SPC foi encontrada ao nível de análise individual e da comunidade (Brotsky et al., 1999; Perkins et al., 1996; Wandersman & Giamartino, 1980). Long e Perkins (2003) constataram uma relação positiva entre o SPC e o aumento da participação em atividades do bairro, assim como com o *empowerment* percebido sobre o ambiente envolvente e a eficácia coletiva do bairro. Faz sentido que um grupo de residentes tenha que ter algum SPC para que se interesse em participar numa associação e organizar-se de modo a resolver os problemas comuns (Ahlbrandt, 1984). Porém, cada indivíduo atribui um valor diferente à comunidade e ao trabalho coletivo por forma a melhorá-la (comunitarismo; Perkins et al., 1990). Logo, se os residentes participam mais nas comunidades a que dão valor, mais o ambiente residencial (bairro) é visto por eles como

estimulante e um clima de comunitarismo deve encorajar uma maior participação coletiva. Também a identificação com o bairro e a sua comunidade e a crença de que os esforços pessoais prosociais irão ser benéficos têm um papel importante na medida em que influenciam a probabilidade das pessoas se envolverem em ações que beneficiem os outros e a comunidade (Manninno & Snyder, 2012).

O SPC tem uma grande componente afetiva (McMillan & Chavis, 1986) e tem um impacto direto, mas sobretudo indireto no nível de participação dos residentes nas organizações locais, ao estimular as interações sociais entre vizinhos (RV), o que conduz a uma maior participação (Chavis & Wandersman, 1990; Perkins et al., 1996; Unger & Wandersman, 1983). O aumento da participação deve-se ao facto de os residentes se sentirem mais seguros e confortáveis entre eles quando têm mais RV e possuem SPC e, logo, mais provavelmente se envolvem numa associação local, seja na sua constituição inicial (i.e. juntarem-se para criar uma nova associação) como no seu decurso normal de funcionamento (Chavis & Wandersman, 1990; Unger & Wandersman, 1983). Por outro lado, assim que as pessoas do bairro se organizam, os membros das associações começam a ter mais interação social, o que pode levar a mais RV e, conseqüentemente, a mais SPC (Farrell, Aubry & Coulombe, 2004; Prezza et al., 2001). O suporte social que deriva das RV contribui para um maior sentimento de bem-estar (Morais, 2010), o que pode facilitar o interesse do indivíduo por participar em associações que desenvolvam atividades no bairro (Farrell et al., 2004). A participação nestas associações pode ainda levar a maiores níveis de SPC à medida que estas começam a mostrar resultados, decorrentes do cumprimento dos seus objetivos, o que faz com que os associados tendam a desenvolver o seu sentimento de pertença e de ligação emocional partilhada (McMillan & Chavis, 1986), justificando assim este aumento de SPC.

Embora também no que concerne à relação entre participação e SPC a literatura não seja totalmente clara, uma vez que a direção da relação entre ambos os construtos difere consoante os estudos, pelo facto de estarmos interessados em compreender que fatores têm impacto no SPC, iremos considerar a participação enquanto fator que contribui para o SPC.

Personalidade – Extroversão

A *Personalidade* é formada durante as etapas do desenvolvimento psicoafetivo pelos quais o indivíduo passa desde a gestação, sendo influenciada por elementos geneticamente herdados e por elementos adquiridos do meio ambiente (Eaves, Eysenck, & Martin, 1989; Twenge, 2001a). O interesse da Psicologia pelo estudo da personalidade prende-se com a

tentativa de explicação das reações das pessoas às diversas situações, sendo o debate acerca da personalidade extenso e controverso, na medida em que as diversas correntes teóricas a definem de modos diferentes, o que impossibilita uma definição consensual de personalidade. É possível enquadrar estas correntes em quatro grupos: psicanalíticas (*e.g.* Freud, 1940), comportamentais ou aprendizagem social (*e.g.* Bandura, 1986), humanista (*e.g.* Rogers, 1951) e de traço (*e.g.* Costa & McCrae, 1992). Segundo a corrente psicanalítica, o comportamento humano é determinado pelas experiências passadas de uma pessoa (remetendo para a infância), o que influencia as suas percepções dos acontecimentos atuais. As teorias comportamentais e da aprendizagem social veem o comportamento como resultado da aprendizagem passada, da percepção atual e de processos de pensamento e organização de nível superior. Já a corrente humanista considera que o comportamento humano apenas pode ser entendido em termos de percepções internas da pessoa e dos outros para a realização pessoal. As teorias de traço atribuem o comportamento humano ao efeito conjunto das capacidades herdadas e da experiência do passado, baseando-se no pressuposto que os traços são atributos duradouros e estáveis ou características de uma pessoa.

Este último tipo de teorias foram as primeiras a surgir. Os traços de personalidade representam tendências duradouras, facilmente mensuráveis e relativamente estáveis na forma de pensar, sentir e atuar com as pessoas e estão subjacentes ao que é característico da conduta, pois são inferidos através das tendências ou modos de se comportar nas mais variadas situações, sendo o que, simultaneamente, caracteriza os indivíduos e os distingue dos outros (Costa & McCrae, 1999; McCrae & John, 1992). No início, estas teorias começaram por tentar estabelecer uma relação entre as características do corpo e a personalidade (Sheldon, 1954). No entanto, com o avanço da tecnologia e da estatística, e com o recurso à análise fatorial, começaram a surgir resultados mais consistentes, sendo que a investigação atual sugere que um modelo da personalidade com cinco fatores – mais conhecido como *Big Five* (McCrae & Costa, 1996) – identifica os componentes básicos da personalidade, que são transversais à cultura (McCrae & Costa, 1997b; McCrae, Terracciano et al., 2005a), relativamente estáveis ao longo da vida (McCrae & Costa, 2003) e que permitem resumir as diferenças individuais nos traços de personalidade humana (Digman, 1990; John, 1990). Porém, o modelo dos *Big Five* não é, em si, uma teoria de personalidade, na medida em que não explica o funcionamento e as dinâmicas associadas ao desenvolvimento da personalidade. Neste sentido, Costa e McCrae (1999) construíram a teoria dos cinco fatores, considerada por eles uma “versão contemporânea da teoria dos traços”, que visa dar uma visão geral do funcionamento da pessoa no seu todo, durante toda a sua vida, com base em vários dados

empíricos. Esta teoria explica o funcionamento da personalidade como um sistema universal, constituído por tendências básicas, características adaptativas, biografia objetiva e influências externas (para uma revisão completa da teoria dos cinco fatores, ver Costa & McCrae, 1999).

O modelo dos *Big Five* surge de uma generalização empírica da covariação dos traços de personalidade e, embora não seja uma teoria de personalidade, tal como já referido, adota os princípios básicos das teorias de traços (Costa & McCrae, 1999). O modelo define cinco tendências básicas: (a) *Abertura à experiência*, retrata uma dimensão de proatividade, através da curiosidade intelectual, da criatividade e da preferência pela vivência de experiências novas; (b) *Neuroticismo*, caracteriza-se pela tendência para experienciar emoções negativas, como ansiedade, hostilidade, depressão, auto-consciência, impulsividade e vulnerabilidade; (c) *Conscienciosidade*, descreve a tendência para revelar auto-disciplina, agir de forma leal e ter objetivos de realização; (d) *Agradabilidade*, caracteriza-se por traços como confiança, altruísmo, modéstia, cortesia, flexibilidade, cooperação, perdão e tolerância; e (e) *Extroversão*, refere-se à quantidade e à qualidade das interações interpessoais; consiste na disposição do indivíduo relativamente às outras pessoas e caracteriza-se pelas emoções positivas, pela sociabilidade, pela energia positiva e calor interpessoal, gregariedade, assertividade, iniciativa, expressividade e pela procura de sensações novas, predispondo o indivíduo a afetos positivos e contribuindo para a satisfação na e com a vida, ao reduzir o impacto das circunstâncias adversas (Costa & McCrae, 1992).

Tendo em conta a necessidade apontada por vários autores (*e.g.* Hill, 1996) de considerar não só as variáveis contextuais, mas também as individuais no estudo do SPC, e o escasso estudo da personalidade enquanto variável individual que pode ter influência no SPC, considerámos importante a sua inclusão neste estudo. Embora alguns estudos tenham avaliado a relação entre SPC e semelhança de atitudes entre pessoa e comunidade (Good, Good & Golden, 1973) e outros tenham apontado as características dos moradores como um fator que contribui para o SPC (Davidson & Cotter, 1986), a revisão da literatura ao nível das variáveis mais individuais, sobretudo personológicas, encontrou apenas cinco artigos, que se referem na sua maioria a amostras universitárias.

De uma forma mais geral, Lounsbury, Loveland e Gibson (2003) levaram a cabo um estudo, com estudantes do ensino secundário e universitário, no qual avaliaram a relação entre o SPC e todos os traços de personalidade do modelo *Big Five* (Costa & McCrae, 1992). Os autores concluíram que o SPC estava significativamente relacionado com a Extroversão, Agradabilidade, Conscienciosidade e Neuroticismo em estudantes do ensino secundário e

universitário e com a Abertura à mudança apenas na amostra do ensino secundário, explicando os *Big Five* entre 21% e 25% da variância do SPC.

Lounsbury e DeNeui (1996) relacionaram o SPC com o tamanho da universidade e, particularmente, com o traço Extroversão, com uma amostra de estudantes universitários. A extroversão foi o traço escolhido para operacionalizar a personalidade e relacioná-la com o SPC pelos seguintes motivos: (a) a sua definição e o seu conteúdo semântico são os que mais se relacionam com o significado de SPC definido por McMillan e Chavis (1986), na medida em que a extroversão reflete a disposição do indivíduo face ao outro e engloba, entre outras, características como a sociabilidade, gregariedade, calor interpessoal e preferência por grupos e encontros (Costa & McCrae, 1992; Morris, 1979; Myers & McCaulley, 1985); (b) os indivíduos mais extrovertidos podem considerar que os membros de determinada comunidade têm maior SPC, devido aos seus próprios filtros e predisposições percetivas; (c) pessoas extrovertidas podem sentir-se mais atraídas por ambientes que são mais elevados em SPC; (d) ambientes que são ricos ou pobres em SPC podem aumentar ou diminuir o nível de extroversão habitual do indivíduo. Neste estudo, os autores desenvolveram uma escala de SPC especificamente para universitários e concluíram que o SPC era maior para os indivíduos que estudavam nas universidades mais pequenas, que viviam dentro do campus, que eram membros de uma fraternidade e que eram mais extrovertidos (Lounsbury & DeNeui, 1996).

Segundo Lounsbury e DeNeui (1996) o SPC deverá começar a ser estudado também numa perspetiva mais individual ou personológica, primeiro porque não tem havido pesquisa sistemática que avalie a relação entre o SPC e os traços de personalidade (Lounsbury, Loveland & Gibson, 2003); depois porque, numa perspetiva desenvolvimentista, a personalidade surge antes da pertença à comunidade e da experiência de vivência na mesma. Assim, os autores argumentam que as variáveis da personalidade podem influenciar ou até mesmo determinar o SPC, pois este tem vindo a ser operacionalizado como uma medida essencialmente percetual (Davidson & Cotter, 1993; Doolittle & McDonald, 1978; Glynn, 1981) e vários são os estudos, nas mais diversas áreas, que demonstram que as medidas baseadas na perceção refletem variáveis de diferenças individuais que são responsáveis por grande parte da variação dos atributos supostamente contextuais (Calder & Schurr, 1981; James & Jones, 1974; Roberts & Glick, 1981). Para além disso, existe pelo menos um estudo (Davidson, Cotter & Stovall, 1991) que encontrou uma relação positiva entre o SPC e uma outra variável relacionada com a personalidade – necessidade de afiliação – mas cujos autores não discutiram a sua implicação. Também os resultados de Nasar e Julian (1995) apontam o papel das preferências pessoais no que concerne à interação social (*e.g.* privacidade), o que,

poderemos especular, poderá estar relacionado com a personalidade da pessoa, eventualmente com níveis mais baixos de extroversão.

No entanto, os autores não desvalorizam o papel das variáveis contextuais, pois os resultados do estudo revelam que a variação do SPC se deve à interação de um atributo comunitário (tamanho da universidade) com um atributo de personalidade (extroversão). Este estudo de Lounsbury e DeNeui (1996) é inovador e sugere uma reconceptualização do SPC que se baseie menos numa perspetiva contextual e mais numa *perspetiva interacionista* (Ekehammar, 1976; Hill, 1996; Magnusson & Endler, 1977), que está implícita na maioria das exposições teóricas do SPC (e.g. McMillan, 1996; McMillan & Chavis, 1986; Sarason, 1974). Segundo esta perspetiva, o SPC é uma função da interação ou *feedback* entre a pessoa e a comunidade na qual é membro, sendo que os atributos da comunidade têm impacto no SPC através de atributos e significados psicológicos e os atributos personológicos medeiam o significado das comunidades para o indivíduo, afetando, conseqüentemente, o SPC.

Lounsbury e DeNeui (1996) referem existir duas formas de olhar para a relação entre personalidade e SPC. De uma *perspetiva personológica passiva*, os indivíduos mais extrovertidos podem ver o mundo à sua volta de forma diferente – mais coeso, unido, socialmente acessível – o que contribui para o SPC. Numa *perspetiva personológica ativa*, os indivíduos mais extrovertidos podem participar mais frequentemente ou num maior número de atividades que conduzem a um maior SPC.

DeNeui (2003) baseou-se no estudo anterior para investigar de que forma os traços de personalidade e a participação em organizações e atividades no campus moderam o SPC durante o primeiro ano de faculdade, recorrendo a um *design* longitudinal. Os principais resultados confirmam uma associação positiva entre a Extroversão e o SPC mas também entre a participação e o SPC, tendo o autor feito referência às expectativas e à participação como componentes essenciais para o desenvolvimento do SPC.

Dada a reduzida pesquisa que relaciona a extroversão com o SPC e a importância de olhar para o fenómeno do SPC de forma mais abrangente, incluiu-se uma variável personológica nesta investigação. Pelos motivos referidos anteriormente, a extroversão foi, de entre os Big Five, o traço que apresenta maior relevância, uma vez que diz respeito à sociabilidade e às interações interpessoais, elementos bastante relevantes para a construção do SPC.

Estatuto Socioeconómico

O ESE é um construto que não possui uma definição concreta, pois depende do contexto espacial, temporal e da teorização sociológica, porém tem sido operacionalizado com base na profissão, na escolaridade, no rendimento e na propriedade, na área geográfica e nos índices socioeconómicos (*e.g.* Escala de Graffar; Cardoso, 2005).

Brodsky, O'Campo e Aronson (1999) constataram que o ordenado *per capita* se relaciona negativamente com o SPC, o que pode ser explicado pelo afastamento dos residentes com maior ESE para trabalhar fora do bairro, vendo o mesmo como dormitório e interagindo muito pouco com os vizinhos.

O ESE relaciona-se não só com o SPC mas também com as RV, na medida em que bairros homogéneos a este nível tendem a ter mais RV e maior SPC (Farrell et al., 2004; Unger & Wandersman, 1982), pois partilham os mesmos valores e crenças. Nasar e Julian (1995) referem que o tipo de bairro, nomeadamente aquele que tem áreas de uso misto (*i.e.*, que tem vários recursos que podem ser acedidos a pé, numa distância relativamente próxima, como apartamentos, lojas, restaurantes, áreas culturais, etc.), contribui para as RV na medida em que as pessoas tendem a andar mais a pé, o que facilita o contacto e as interações casuais entre vizinhos, aumentando consequentemente o SPC (Michelson, 1976).

A literatura é, assim, consensual, revelando o impacto do rendimento *per capita* do indivíduo no seu contexto e nos seus hábitos de vida. Estes, por sua vez, parecem estar relacionados com o SPC. Dada a grande heterogeneidade socioeconómica que caracteriza a AL, torna-se relevante estudar a influência do estatuto socioeconómico no SPC.

Variáveis comunitárias que contribuem para o SPC

Relações de Vizinhança

A crescente urbanização a que se assistiu nos últimos anos tem tido um impacto negativo não só no SPC mas também na qualidade da vida em comunidade, nomeadamente nos bairros, ao nível das *Relações de Vizinhança* (RV; Royal & Rossi, 1996). Os bairros são uma importante fonte de recursos para os seus residentes e as RV são consideradas uma medida de capital social (Saegert & Winkel, 1998).

Unger e Wandersman (1985), autores de referência no âmbito das RV, propuseram um modelo que define as várias componentes das RV. Para eles, as RV são um conceito multidimensional que envolve interação social, interação simbólica e a ligação dos indivíduos

ao local onde eles vivem e às pessoas que vivem à sua volta, pelo que todas as formas de RV permitem aos residentes tornarem-se mais próximos e discutirem problemas partilhados. Segundo os investigadores, as RV têm três componentes – social, cognitiva e afetiva – cada uma delas com várias dimensões.

A componente *social* diz respeito às atividades informais nas quais os vizinhos participam, como visitas informais, empréstimo de objetos e pedidos de ajuda em caso de emergência, e ainda às redes sociais que os residentes desenvolvem no seu bairro. Esta componente possui duas dimensões: o Suporte Social e as Redes Sociais. O Suporte Social “refere-se aos vários recursos que podem ser fornecidos por relações interpessoais de suporte entre vizinhos” (Unger & Wandersman, 1985), permitindo assim três tipos de suporte: pessoal/emocional, funcional/instrumental e informativo (Weiss, 1982). O *suporte emocional* aumenta o sentimento de pertença e reduz os sentimentos de isolamento através de comportamentos como o cumprimentar ou visitar; o *suporte instrumental* consiste numa troca de favores, uma ajuda informal, e caracteriza-se por regras implícitas de reciprocidade; o *suporte informativo* passa pela informação transmitida durante as interações, que pode ser útil na localização de recursos necessários. As Redes Sociais referem-se às ligações globais do indivíduo aos outros, tanto dentro como fora do bairro, sem ter em conta o conteúdo de suporte dos laços e das interações e são uma forma de descrever as relações sociais, ligações ou padrões de laços e o fluxo de recursos entre os indivíduos (Wellman, 1981). Estas ligações podem envolver redes pessoais (de indivíduo para indivíduo), onde os indivíduos procuram suporte socioemocional, ajuda instrumental ou informações (Unger & Powell, 1980), ou redes que envolvam ligações entre grupos de vizinhos (organização/associação do bairro), podendo ambas fornecer recursos não apenas para benefícios individuais mas também do bairro. Normalmente, existem indivíduos-chave dentro dos bairros que servem como ligação específica para outros recursos e ao qual os vizinhos podem recorrer para os localizar.

A componente *cognitiva* refere-se aos pensamentos ou ideias acerca do ambiente físico e social do bairro, pensamentos esses usados para compreender o bairro e desenvolver formas eficazes para lidar com os problemas do mesmo. Esta componente compreende duas dimensões: *Mapas Cognitivos*, que consistem em representações espaciais que organizam o conhecimento e experiência do ambiente do bairro; e *Comunicação Simbólica*, que consiste na utilização do ambiente físico para comunicar simbolicamente mensagens aos vizinhos e aos transeuntes – cujos significados podem ir de posse de território, a privacidade, orgulho nas suas casas e no bairro, entre outros – e que podem resultar em interação social.

A componente *afetiva* refere-se aos diversos sentimentos dos indivíduos face às relações que têm com os seus vizinhos e ao próprio bairro e que podem afetar a satisfação com o mesmo e influenciar a motivação para o envolvimento em formas de resolver os problemas do bairro. Esta componente inclui as seguintes dimensões: *sentimento de ajuda mútua*, que traduz a confiança nos vizinhos e o facto de poder contar com eles em caso de necessitar de ajuda; *SPC*, que se refere ao sentimento de pertença ao bairro e de identificação com os seus residentes; e *vinculação ao local*, intimamente relacionada com a importância afetiva dada pelos indivíduos aos sítios onde vivem.

No presente estudo iremos apenas focar-nos na componente social das RV, por ser a mais estudada na literatura, por se tratar de uma variável comportamental e por ser, conseqüentemente, mais fácil de avaliar (Unger & Wandersman, 1985). Adotaremos a definição de RV proposta por Farrell et al. (2004) e que engloba as interações sociais que permitem a troca de suporte social emocional, instrumental e informativo entre vizinhos, e que se traduz em visitas informais, empréstimo de utensílios, pedidos de ajuda em caso de emergência e fornecimento de informações sobre o bairro.

Glynn (1986) considera “que o bairro continua a contribuir de forma significativa para o desenvolvimento e manutenção do SPC” (p.350). Por este facto e pelos inúmeros estudos que sugerem as RV como uma variável relevante na investigação de temáticas associadas ao bairro, constata-se a importância de considerar as RV neste estudo. A interação com os vizinhos, pela sua proximidade geográfica, é de extrema importância na criação de sentimentos de identidade e na manutenção do bem-estar, diminuindo sentimentos de isolamento e funcionando como recursos de *coping* em situações de *stress* (Unger & Wandersman, 1985).

A literatura revela existir uma relação próxima entre as RV e o SPC (Skjaeveland, Garling & Maeland, 1996; Unger & Wandersman, 1985). Segundo Chavis e Wandersman (1990), as RV atuam ainda como um catalisador para a participação comunitária, através do SPC, com o qual parecem ter uma relação bidirecional (Chavis, Hogge, McMillan, & Wandersman, 1986; McMillan & Chavis, 1986; Unger & Wandersman, 1982).

A investigação tem demonstrado que as RV diferem consoante variáveis individuais e contextuais (Skjaeveland et al. 1996; Unger & Wandersman, 1985). A nível contextual, os bairros homogéneos – ao nível de fatores como o ESE, a etnia, a religião, entre outros – apresentam maiores níveis de RV que bairros heterogéneos (Unger & Wandersman, 1982), pois são mais propícios a ter residentes que partilham valores semelhantes, o que facilita uma maior interação entre vizinhos. O próprio *design* do bairro também pode influenciar as RV na

medida em que pode facilitar as interações, diminuindo a distância entre vizinhos (Nasar & Julian, 1995): os residentes que se deslocam bastante a pé no bairro, seja por vontade própria ou por não terem alternativa (*e.g.* não terem viatura própria, não existir os serviços que necessitam no bairro) mais provavelmente entram em contacto casual com outros residentes e interagem (Michelson, 1976). Outros fatores comunitários relacionados com as RV são o comunitarismo, os vínculos sociais (Riger & Lavrakas, 1981) e o tecido social (Ahlbrandt & Cunningham, 1979). Ao nível individual, Nasar e Julian (1995) apontam as preferências pessoais no que concerne à interação social local (*e.g.* privacidade). Unger e Wandersman (1982) e Perkins e Long (2002) referem a posse de casa própria, que conduz a um maior investimento no bairro e encoraja a um maior envolvimento com os vizinhos. Prezza et al. (2001) constataram que as mulheres, os residentes que moram no bairro há mais tempo, aqueles com mais filhos, os casados, os com menores níveis de educação e os membros de grupos da comunidade têm maiores RV. Perkins e Long (2002) concluíram que existe uma relação negativa entre a satisfação com o bairro e as RV, que os residentes mais novos têm mais RV e que estas diminuem com a idade mas aumentam com o nível de educação, não tendo encontrado diferenças entre sexos. Ahlbrandt (1984) refere ainda a relação entre as RV e sentimentos de vinculação, lealdade e satisfação com o bairro (sendo esta última uma relação negativa).

Embora não exista consenso no que concerne à direção da relação entre RV e SPC, esta é muito provavelmente bidirecional (Unger & Wandersman, 1985). Por um lado, os estudos que consideram que o SPC promove as RV apontam o SPC como um indicador consistente e amplamente valorizado da qualidade da vida em comunidade (Perkins et al., 1996; Wandersman & Giamartino, 1980). Quando os indivíduos possuem SPC, estão mais aptos a interagir com os vizinhos do seu bairro e a ajudá-los (Chavis, Hogge, McMillan, & Wandersman, 1986; Perkins & Long, 2002; Unger & Wandersman, 1982), atuando o SPC como um catalisador para as RV (Chavis & Wandersman, 1990). No estudo de Perkins e Long (2002) o SPC surgiu inclusive como o mais forte e consistente preditor das RV. Por outro lado, os estudos que consideram que as RV promovem o SPC baseiam-se na ideia de que a estabilidade, o período de tempo em que se vive no bairro e a frequência do contacto positivo cara-a-cara entre vizinhos contribui para aumentar uma ligação emocional partilhada (McMillan & Chavis, 1986) o que, por sua vez, facilita a construção e manutenção do SPC (Farrell et al., 2004; Nasar & Julian, 1995; Prezza et al., 2001).

No presente estudo seguiremos esta segunda linha, pois segundo a perspetiva interacionista o SPC é influenciado por fatores individuais e por fatores comunitários, sendo as RV consideradas enquanto variável contextual.

Tipo de habitação

Os residentes de um determinado bairro podem viver num de dois tipos de habitação, que diferem segundo o seu proprietário: em casa própria, comprada pelos residentes, ou em casa arrendada/cedida, que embora ocupada pelos que nela residem pertence a terceiros. Segundo a literatura, os moradores com casa própria apresentam maiores níveis de SPC (Robinson & Wilkinson, 1995), que poderão dever-se a questões de ordem financeira, de compromisso e de mobilidade de residência (Brodsky et al., 1999; Dietz & Haurin, 2003; Herbert & Belsky, 2008a; Rohe, Van Zandt, & McCarthy, 2002). Também a diversidade é apontada em muitas investigações como um obstáculo para a eficácia coletiva do bairro entre os moradores com casa própria e os moradores com casa arrendada, atuando ainda como um obstáculo para a criação de laços sociais (Lindblad, Manturuk & Quercia, 2013).

Os estilos de vida, os comportamentos e os valores dos dois tipos de moradores não são considerados semelhantes, pelo que estes se percebem uns aos outros enquanto heterogéneos, o que resulta em interações escassas (Michelson, 1976). Tal como referido anteriormente, em relação ao ESE, constata-se que os moradores de realojamento passam mais tempo no bairro e não sentem necessidade e/ou não possuem recursos para se deslocarem para fora do mesmo, pelo que passam mais tempo no espaço público, percorrendo-o a pé, tendo assim mais oportunidade de interação com os vizinhos (Nasar & Julian, 1995). Já os moradores de VL parecem encarar o bairro apenas como dormitório, uma vez que saem para trabalhar fora do mesmo e apenas regressam ao fim do dia, não interagindo ou interagindo pouco com os vizinhos, facto que é influenciado também pela deslocação com viatura própria, que é normalmente estacionada diretamente dentro dos próprios prédios, e ainda pela escassa recorrência ao comércio e aos serviços locais (Nasar & Julian, 1995).

A análise do tipo de habitação dos residentes da AL revela-se fundamental uma vez que, aliada à heterogeneidade socioeconómica e ao processo de realojamento que este território sofreu há cerca de 15 anos, a esmagadora maioria dos residentes vive em casas de habitação social cedidas pela Câmara Municipal de Lisboa CML (aqui denominado por realojamento) ou em apartamentos construídos a partir dessa mesma época e vendidos ao público em geral (aqui denominado por venda livre – VL). Embora saibamos que o facto de

viver num ou noutro tipo de habitação está indubitavelmente ligado ao ESE dos indivíduos (Lenzi, Vieno, Santinello & Perkins, 2013), optámos por analisar de que forma o tipo de habitação tem impacto no SPC pois embora os dois tipos de moradores partilhem o mesmo território, na realidade parecem ser consideradas duas comunidades diferentes.

Modelo Estrutural e Hipóteses do Estudo

A presente investigação tem como objetivo explorar a influência de dois tipos de fatores no SPC e responder à questão central “Qual o impacto dos fatores individuais e dos fatores comunitários no SPC dos residentes da AL?”. Para tal, ao nível individual avaliámos o traço de personalidade extroversão, a participação em grupos e/ou associações locais e o estatuto socioeconómico. Ao nível comunitário, analisámos o impacto das RV e do tipo de habitação dos inquiridos. Colocamos como hipóteses:

Hipótese 1: A participação em grupos e/ou associações locais está associada com o SPC, ou seja, os residentes da AL que participam nestes grupos e/ou associações apresentarão maior SPC relativamente aos que não participam.

Hipótese 2: A personalidade, mais especificamente o traço da extroversão, está positivamente associada com o SPC, ou seja, quanto mais extrovertidos forem os residentes da AL, maior será o seu SPC.

Hipótese 3: O ESE dos indivíduos está negativamente associado com o SPC, ou seja, quanto menor o ESE dos residentes da AL, maior será o seu SPC.

Hipótese 4: As RV estão positivamente associadas com o SPC, ou seja, quanto mais RV entre os residentes da AL, maior será o seu SPC.

Hipótese 5: O tipo de habitação está associado ao SPC, ou seja, os residentes da AL que passaram pelo processo de realojamento apresentarão maior SPC quando comparados com os residentes que possuem casa própria.

Hipótese 6: Ambos os tipos de fatores, (a) individuais e (b) comunitários, explicam significativamente o SPC.

Tendo em conta as hipóteses colocadas, no modelo estrutural desta investigação assumimos que os fatores individuais (participação, extroversão e ESE) e os fatores comunitários (RV e tipo de habitação) influenciam o SPC e que ambos os tipos de variáveis vão contribuir para explicar a variação do SPC dos residentes da AL. Deste modo, o modelo estrutural teórico a ser investigado neste estudo encontra-se representado na Figura 1.

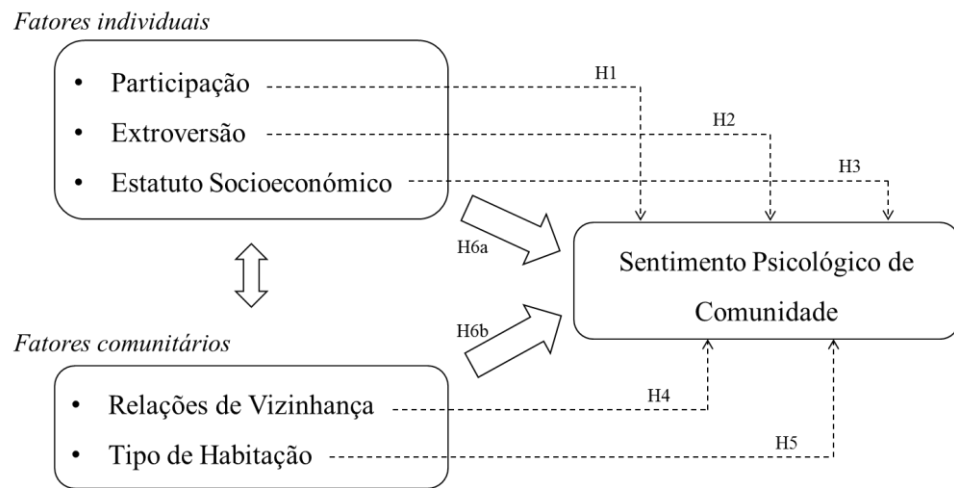


Figura 1 – Modelo estrutural teórico.

Capítulo II. Metodologia

Participantes

Seleção

Os dois critérios de inclusão dos participantes foram: (a) serem maiores de idade – por questões de índole ética (*e.g* consentimento informado, confidencialidade) e pelo facto de os instrumentos disponíveis na literatura se destinarem a adultos – e (b) residirem no território da Alta de Lisboa (AL). A AL foi o local escolhido para a recolha dos dados, dada a facilidade de acesso à população e por ser um território bastante heterogéneo e nível socioeconómico e sociocultural, constituído por duas populações com diferentes características e rico em associações de base local, contando com cerca de 50 associações (documentos internos do programa K’Cidade). Optou-se, portanto, pela utilização de uma amostra de conveniência, através do método “bola de neve”, de forma a abranger indivíduos de vários ESE, dos dois tipos de habitação (realojamento e VL) e com diferentes níveis de participação na comunidade.

Caracterização

No presente estudo participaram 156 indivíduos, com idades compreendidas entre os 18 e os 80 anos ($M = 42,79$; $DP = 13,86$), sendo 50,6% do sexo feminino ($N = 79$). A grande maioria (96,8%) dos participantes é de nacionalidade portuguesa ($N = 151$) e 41,7% são casados ($N = 65$). O seu agregado familiar é composto, em média, por 3 pessoas ($DP = 1,8$) e residem no bairro, em média, há cerca de 9 anos ($DP = 4,96$). 36,5% dos inquiridos têm formação superior ($N = 57$), 37,8% ($N = 59$) pertencem a um ESE alto, 51,3% moram em habitações de realojamento ($N = 80$) e 34% ($N = 53$) participam em grupos e/ou associações locais. No Quadro 1 encontra-se informação mais pormenorizada acerca das variáveis que permitem caracterizar a amostra a nível sociodemográfico. As variáveis em estudo encontram-se detalhadas no capítulo seguinte.

Quadro 1

Caracterização da Amostra: Análise Descritiva

	Variáveis	N	%
Idade	18-30 anos	36	23,1
	31-54 anos	86	55,1
	55 ou mais anos	34	21,8

Sexo	Masculino	77	49,4
	Feminino	79	50,6
Nacionalidade	Portuguesa	151	96,8
	Cabo Verdiana	2	1,3
	Angolana	1	0,6
	Brasileira	1	0,6
	S. Tomense	1	0,6
Estado civil	Solteiro	47	30,3
	Casado	65	41,9
	Divorciado / Separado	11	7,1
	União de fato	22	14,2
	Viúvo	10	6,5
Agregado familiar	1-2 elementos	60	38,7
	3-5 elementos	81	52,3
	6 ou mais elementos	14	9
Tempo de residência	Até 5 anos	52	33,3
	De 6 a 10 anos	34	21,8
	Mais de 10 anos	70	44,9
Escolaridade	Licenciatura / Mestrado / Doutoramento	57	36,5
	Bacharelato (curso médio ou técnico superior)	6	3,8
	10 a 12º ano	26	16,7
	4º a 9º ano	56	35,9
	Menos de 4 anos de estudo ou sem escolaridade	11	7,1

Instrumentos

O presente estudo enquadra-se numa metodologia quantitativa correlacional, pelo que foi solicitado aos participantes que preenchessem um inquérito de auto-relato, composto por três escalas – Escala Breve de Sentido de Comunidade (EBSC; Marante, 2010; Peterson, Speer & McMillan, 2008), Escala de Extroversão do NEO Five Factor Inventory (NEO-FFI; Costa & McCrae, 1992; Lima & Simões, 2000) e Escala de Relações de Vizinhança (Farrell, Aubry & Coulombe, 2004) –, por um conjunto de questões que avaliavam a participação em grupos/associações locais e ainda por algumas características sociodemográficas. Os critérios de seleção das escalas foram ter uma boa fundamentação teórica, apresentar bons índices psicométricos, estar validada para a população portuguesa e ser breve e de fácil compreensão, tendo em conta a baixa literacia de alguns residentes.

Escala Breve de Sentido de Comunidade (EBSC)

Esta escala foi originalmente desenvolvida por Peterson, Speer e McMillan (2008), baseando-se na teoria de McMillan & Chavis (1986), e foi adaptada para a população portuguesa por Marante (2010), considerando como referentes comunidades geográficas. É

composta por oito itens, dois itens para avaliar cada uma das quatro dimensões teóricas: Pertença (e.g. “Eu sinto-me como um membro desta comunidade.”), Influência (e.g. “Eu tenho uma palavra a dizer sobre o que se passa na minha comunidade.”), Ligações Emocionais (e.g. “Eu sinto-me ligado(a) a esta comunidade.”) e Satisfação de Necessidades (e.g. “Eu consigo obter o que necessito desta comunidade.”). Apresenta uma consistência interna (*Alfa de Cronbach*) tanto na versão original ($\alpha = 0.92$) como na versão portuguesa ($\alpha = 0.84$), embora a análise de componentes principais na versão portuguesa apenas tenha revelado duas dimensões, contrastando com as quatro dimensões da versão original (a dimensão Envolvimento, que inclui Pertença, Influência e Ligações Emocionais; e a dimensão Satisfação de Necessidades). A escala de resposta é do tipo Likert, com cinco pontos, desde “Discordo fortemente” (1) a “Concordo fortemente” (5).

Neste estudo, a escala revelou uma consistência interna bastante boa ($\alpha = 0.95$) e apenas uma dimensão (*Eigenvalue* = 5,857; *KMO* = .928; $\chi^2 = 1173,443$; $p < .001$), responsável por aproximadamente 73% da variância explicada, pelo que a análise dos resultados será feita tendo em conta a unidimensionalidade do construto.

Escala de Relações de Vizinhança

A escala de RV foi elaborada por Farrell, Aubry e Coulombe (2004), não existindo nenhuma validação para a população portuguesa, pelo que para o presente estudo procedeu-se à tradução dos itens da escala original e sua adaptação para o contexto português. Esta escala baseia-se na definição de RV proposta por Unger & Wandersman (1985), referindo-se exclusivamente à dimensão social das RV, nomeadamente “aos vários recursos que podem ser fornecidos por relações interpessoais de suporte entre vizinhos” (Unger & Wandersman, 1985). É composta por 12 itens para avaliar a frequência dos comportamentos que caracterizam os três tipos de Suporte Social: emocional (e.g. “Quantas vezes já falou com um vizinho sobre assuntos pessoais, como preocupações familiares, problemas no trabalho ou de saúde?”), instrumental (e.g. “Quantas vezes já pediu coisas emprestadas a um vizinho, como livros, revistas, loiça, ferramentas, receitas ou comida?”) e informativo (e.g. “Quantas vezes já informou um vizinho sobre um evento ou atividade do bairro?”). A escala de resposta é do tipo Likert, com cinco pontos, desde “Nunca” (1) a “Muito frequentemente” (5). A versão original apresenta uma consistência interna bastante boa ($\alpha = 0.93$) e embora os itens avaliem três tipos de suporte, o construto é analisado enquanto unidimensional. Nesta investigação, a consistência interna foi também bastante boa ($\alpha = 0.94$) e a análise de componentes principais

revelou apenas um fator ($Eigenvalue = 7,356$; $KMO = .940$; $\chi^2 = 1250,974$; $p < .001$), responsável por cerca de 61% da variação explicada.

Participação

Para avaliar a participação e o envolvimento em grupos e/ou associações locais, elaborou-se especificamente para o presente estudo cinco questões, tendo em conta os objetivos e as questões utilizadas por Chavis e Wandersman (1990) e por Carapinha (2010). Primeiro o inquirido era questionado se participava nalgum grupo ou associação local. Em caso afirmativo, este respondia a um conjunto de questões, nomeadamente: (a) tipo de grupo/associação em que participa (e.g. “*Voluntariado*”, “*Atividades Comunitárias*”, “*Atividades desportivas*”), (b) duração da sua participação no mesmo (e.g. “*Há quanto tempo participa nesse grupo ou associação?*”), (c) envolvimento/nível de participação (e.g. “*Membro que participa nas atividades*”, “*Membro que colabora de algum modo na organização das atividades*” ou “*Presidente, líder ou membro dos órgãos sociais*”), e (d) regularidade dessa participação (e.g. de “*Nunca*” a “*Muito frequentemente*”). No caso de o inquirido participar em mais do que um grupo ou associação, foi-lhe pedido que pensasse naquele em que se sente mais envolvido.

Escala de Extroversão do Neo Five Factor Inventory (NEO-FFI)

Desenvolvida por Costa e McCrae (1992) com base na sua teoria dos cinco fatores, esta escala encontra-se adaptada para a população portuguesa por Lima e Simões (2000). O NEO-FFI, que possui 60 itens, consiste numa forma reduzida do NEO-PI-R (240 itens), na qual constam os 12 itens de cada uma das 5 dimensões com as saturações mais elevadas nos fatores. As investigações indicam que podemos considerar o NEO-FFI uma medida aceitável dos 5 fatores (Costa & McCrae, 1992). Neste estudo apenas foi aplicada a escala da Extroversão, que é composta por 12 itens que avaliam as suas 6 facetas (e.g. “*Gosto de ter muita gente à minha volta.*”). A escala de resposta é do tipo Likert, com cinco pontos, desde “*Discordo fortemente*” (0) a “*Concordo fortemente*” (4). Relativamente à validade, não é possível apurar o valor do Alfa de Cronbach exclusivamente para a escala da Extroversão, sabendo-se apenas que a consistência interna das 5 escalas na versão original varia de $\alpha = 0.86$ a 0.95 e, na versão portuguesa, de $\alpha = 0.69$ a 0.81 , revelando assim bons índices. Neste estudo, após a inversão de 4 itens (“*Não me considero uma pessoa alegre*”, “*Normalmente prefiro fazer as coisas sozinho(a)*”, “*Não sou um(a) grande otimista*” e “*Prefiro tratar da minha vida a ser chefe das outras pessoas*”), de acordo com as recomendações dos autores,

pelo fraco contributo para a validade da escala por parte destes itens, optámos por excluí-los, ficando a escala com uma consistência interna final de $\alpha = .87$ para os 8 itens. A análise de componentes principais revelou apenas um fator (*Eigenvalue* = 4,284; KMO = .871; $\chi^2 = 548,361$; $p < .001$), responsável por cerca de 54% da variação explicada, pelo que o construto foi analisado enquanto unidimensional.

Caracterização sociodemográfica

A caracterização dos participantes incluiu as seguintes questões: idade, sexo, nacionalidade, estado civil, profissão, nível de escolaridade, número de elementos e rendimento mensal bruto do agregado familiar, número de anos a residir no bairro e tipo de habitação.

Nesta investigação interessou-nos avaliar o estatuto socioeconómico (ESE). Assim, foi criada uma variável “ESE”, calculada através da soma das respostas dadas às questões “Profissão”, “Escolaridade” e “Rendimento”, tal como ilustrado abaixo, no Quadro 2. O ESE foi considerado alto (3 e 4 pontos), médio (5 a 7 pontos) ou baixo (8 e 9 pontos).

Quadro 2
Escalões do ESE

Variável	Respostas	Pontos	Escalão
Profissão	Grupos 1 e 2	1	Alto
	Grupos 3 a 6	2	Médio
	Grupos 7 a 12	3	Baixo
Escolaridade	Bacharelato e Licenciatura / Mestrado / Doutoramento	1	Alto
	4º ao 12º ano	2	Médio
	Menos de 4 anos de estudo ou sem escolaridade	3	Baixo
Rendimento	900 euros ou mais	1	Alto
	Entre 486 e 899 euros	2	Médio
	Até 485 euros	3	Baixo

Procedimento

O questionário foi alvo de um pré-teste a 5 pessoas, com diferentes profissões e níveis de escolaridade, com a finalidade de avaliar a compreensão dos itens por parte dos inquiridos. Deste pré-teste resultaram algumas alterações à versão inicial:

1) No consentimento informado foi adicionada a indicação do que fazer em caso de engano ao preencher alguma questão;

2) Nas questões relativas ao SPC foi alterada a ordem de apresentação dos itens, intercalando as frases das várias dimensões, para não parecerem tão semelhantes. A nível gramatical, foram feitas alterações nos itens 7 (de “uns aos outros” para “umas às outras” [pessoas]) e 8 (de “com outros” por “com outras pessoas”);

3) Nas questões relativas à participação em grupos e/ou associações locais, alterou-se a apresentação das perguntas, colocando os vários tipos de grupos/atividades à direita da resposta “Sim”, para que os inquiridos que não se lembrassem imediatamente que participam nalgum grupo possam ter algumas sugestões, não assinalando imediatamente a resposta “Não” por engano ou por esquecimento. Foi ainda alterada, na pergunta 1.2., a designação de “membro que participa” para “membro que participa nas atividades”;

4) Nas questões relativas à extroversão, mais especificamente na descrição da escala, acrescentou-se a indicação “não concordo nem discordo” junto do ponto 2, “Neutro”, para se tornar mais claro o seu significado;

5) Na secção de dados sociodemográficos, retirou-se a Escala de Graffar, uma vez que os inquiridos tiveram bastante dificuldade em responder à mesma (sobretudo à questão relativa às fontes de rendimento familiar) e por se considerar que não era relevante para a análise dos dados. Neste sentido, substituiu-se esta escala por outras perguntas, mantendo apenas a questão do nível de escolaridade como definida na mesma. Relativamente à profissão, optou-se pela categorização em grupos, mais objetiva, segundo a definição do IEFP¹, acrescentando as opções de “Desempregado(a)”, “Doméstica” e “Estudante”. De forma a poder avaliar o estatuto socioeconómico, incluiu-se uma questão relativamente ao rendimento mensal bruto do agregado familiar, segundo três escalões: “até 485 euros” (salário mínimo em Portugal; escalão baixo); “entre 486 e 899 euros” (escalão médio) e “900 euros ou mais” (escalão alto).

Aquando do início da recolha de dados, de forma a garantir que ambos os critérios de inclusão se encontravam validados, o questionário apenas existia em versão papel, pelo que foi aplicado presencialmente pela investigadora aos residentes na AL, em locais públicos (*e.g.* ruas, praças, parques), sendo que na maioria das vezes esta leu as questões e preencheu os

¹ A definição dos grupos seguiu a Classificação Nacional de Profissões (CNP) do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

questionários de acordo com as respostas dos inquiridos, de forma a aumentar a taxa de participação mas também devido à baixa literacia dos mesmos.

No decorrer da recolha, constatou-se a necessidade de existir também uma versão *online*, por questões de comodidade e de modo a conseguir chegar aos moradores de mais difícil acesso, pelo que se criou uma versão exatamente igual com recurso ao Google Docs. O endereço para o preenchimento do inquérito foi partilhado nas redes sociais, exclusivamente em grupos fechados de moradores da Alta de Lisboa, e enviado a contactos de residentes que a investigadora foi conseguindo, alguns por indicação dos próprios participantes.

No processo de divulgação e de recolha de dados estiveram envolvidas várias pessoas/entidades: técnicos que trabalham no território, que referenciaram alguns moradores; proprietários de alguns estabelecimentos (*e.g.* cafés, salões de cabeleireiro), que permitiram a aplicação dos questionários aos seus clientes; administração de um dos condomínios privados, que distribuiu e divulgou o inquérito junto dos seus residentes; e ainda várias associações e grupos locais, cujos associados preencheram voluntariamente os questionários.

A recolha de dados decorreu entre março e maio de 2014, tendo sempre em conta os princípios éticos e deontológicos da American Psychological Association (APA; APA, 2002) e da Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP; OPP, 2011). Em ambas as versões, papel e *online*, foi apresentado aos participantes um consentimento informado, no qual estava descrita, de forma clara e com linguagem acessível, a temática em estudo, o procedimento utilizado, o tempo de aplicação previsto, o carácter confidencial dos dados, o carácter voluntário da participação, a possibilidade de desistência e ainda um contacto para possíveis esclarecimentos.

Análises Estatísticas Utilizadas

O tratamento estatístico dos dados foi realizado com base no *software* SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 20. Numa fase inicial, confirmou-se que todos os participantes responderam às questões essenciais para serem incluídos na amostra e, consequentemente, nas análises estatísticas. Posteriormente realizaram-se as análises descritivas das variáveis relativas à caracterização da amostra, tanto ao nível sociodemográfico como das principais variáveis em estudo, recorrendo ao cálculo das médias, desvios-padrão, correlações, consistência interna e análise fatorial das escalas utilizadas. Posteriormente, para a confirmação das hipóteses colocadas, realizaram-se testes *t* de *student* para amostras independentes, análises de variância simples e regressões lineares múltiplas passo-a-passo.

Capítulo III. Resultados e Análises

Estatística Descritiva das Variáveis Estudadas

Antes de se proceder ao teste das hipóteses colocadas, calcularam-se as médias, os desvios-padrão e as correlações das variáveis quantitativas em estudo, que se encontram no quadro abaixo.

Quadro 3

Médias, Desvios-Padrão e Correlações das Variáveis Quantitativas em Estudo

Variáveis	Análise Descritiva		Correlações	
	M	DP	SPC	EXT
SPC (N = 154)	3.32	1.15		
EXT (N = 155)	2.83	.70	.49**	
RV (N = 154)	2.60	1.10	.75**	.49**

Notas: SPC - Sentimento Psicológico de Comunidade; EXT - Extroversão; RV - Relações de Vizinhança

Escala de resposta para SPC e RV: Mínimo 1; Máximo 5.

Escala de resposta para EXT: Mínimo 0; Máximo 4.

Resultados mais elevados indicam maior SPC, maior EXT e maiores RV.

** $p \leq .001$

Através da análise do Quadro 3 é possível verificar que o SPC apresenta correlações estatisticamente significativas tanto com as RV como com a EXT ($p \leq .001$).

Relativamente às variáveis qualitativas – ESE, Participação e Tipo de habitação – podemos caracterizá-las a partir do Quadro 4.

Quadro 4

Descrição das Variáveis Qualitativas em Estudo

Variáveis	Participação		Tipo de habitação		ESE		
	Sim	Não	Venda livre	Realojamento	Alto	Médio	Baixo
N	53	103	76	80	59	48	49
%	34	66	48.7	51.3	37.8	30.8	31.4

Notas: ESE - Estatuto Socioeconómico. N = 156.

Analisando o Quadro 4 constata-se que a amostra está equilibrada em relação ao ESE e ao tipo de habitação, no entanto apenas cerca de um terço dos participantes participa em grupos e/ou associações locais. Dos 53 inquiridos que participam nestes grupos/associações fazem-no, na sua maioria, em mais do que uma área: 56,6% referiram estar envolvidos em atividades comunitárias, 43,4% em voluntariado, 39,6% em atividades desportivas, 24,5% em

atividades de lazer e 22,6% em atividades religiosas, tendo ainda sido referidas outras (*e.g.* associações de moradores, associações de pais, associações que asseguram os tempos livres de crianças/jovens). Estes resultados espelham o envolvimento associativo que caracteriza boa parte do território da AL, estando os moradores de realojamento (73.6%, N = 39) mais envolvidos ($\chi^2(1) = 15,98; p < .001$) em grupos e/ou associações locais do que os moradores de venda livre (26.4%, N = 14).

Participação e SPC

Para avaliar o impacto da participação em associações locais no SPC, procedeu-se à realização de um teste *t* de *Student* para amostras independentes, de forma a avaliar se o SPC difere de forma significativa entre os que participam e os que não participam. Os resultados do mesmo constam abaixo, no Quadro 5.

Quadro 5

Resultados do Teste t: Diferenças no SPC entre Participantes e Não Participantes

Participação	N	Média	Desvio-Padrão	<i>T</i>
Não	103	2.93	1.15	6.95**
Sim	51	4.12	.63	

** $p \leq .001$

O resultado do teste *t* ($t(152) = 6.945; p \leq .001$), revela que os moradores que participam em grupos/associações locais revelam níveis de SPC significativamente superiores que os moradores que não participam, confirmando assim a primeira hipótese colocada no presente estudo.

Através da realização de uma análise de variância simples (*One-way ANOVA*) constatámos ainda que o SPC dos participantes não é influenciado nem pelo tempo de participação ($F_{(1,48)} = .356; p = .554$), nem pelo papel dos mesmos no grupo/associação ($F_{(2,47)} = .014; p = .986$). No entanto, encontrámos uma relação significativa ($F_{(2,48)} = 5.385; p = .008$) entre a frequência da participação nestes grupos/associações e o SPC. Os residentes da AL que dizem nunca ou apenas raramente participar nas atividades desenvolvidas por grupos/associações locais apresentam menor SPC (M = 3.43; DP = .84) do que os que dizem participar ocasionalmente (M = 4.41; DP = .42), denotando assim a importância da frequência da participação no SPC.

Extroversão e SPC

Através da análise do Quadro 3, constata-se que o traço de personalidade extroversão está positivamente associado com o SPC ($r = .49; p \leq .001$), embora a relação seja considerada moderada (Dancey & Reidy, 2006), pelo que a hipótese 2 está igualmente confirmada.

ESE e SPC

Segundo as hipóteses colocadas, o ESE estaria negativamente associado ao SPC, isto é, quanto maior o ESE, menores níveis de SPC os residentes apresentariam. Para avaliar esta questão, procedeu-se a uma análise de variância simples (*One-way ANOVA*) cujos resultados se encontram apresentados no Quadro 6.

Quadro 6

Resultados da Análise de Variância: Diferenças no SPC entre os vários ESE

ESE	N	Média	Desvio-Padrão	F
Alto	59	2.56	1.24	31.41 **
Médio	46	3.59	.82	
Baixo	49	3.99	.69	

** $p \leq .001$

Tendo o teste *one-way ANOVA* revelado que existem diferenças no SPC entre os vários níveis de ESE ($F_{(2,153)} = 31.41; p \leq .001$), recorreu-se ao teste *post-hoc Scheffé* para perceber quais as diferenças nas médias entre os 3 níveis do ESE. Os resultados indicam que os residentes com ESE alto têm, em média, menor SPC que os residentes pertencentes aos ESE médio e baixo, que não evidenciam diferenças no SPC entre si. Os moradores com ESE alto revelam, portanto, níveis de SPC significativamente menores que os moradores com ESE médio e baixo, comprovando-se assim a terceira hipótese colocada.

RV e SPC

Mais uma vez através da análise do Quadro 3, constata-se que as RV estão positivamente associadas com o SPC ($r = .75; p \leq .001$), sendo a relação considerada moderadamente forte (Dancey & Reidy, 2006), pelo que a hipótese 4 está igualmente confirmada.

Tipo de habitação e SPC

Para avaliar o impacto do tipo de habitação possuída pelos residentes – Venda Livre (casa própria) ou Realojamento (casa arrendada à CML) – no SPC dos mesmos, procedeu-se à realização de um teste t para amostras independentes, cujos resultados podem ser analisados no Quadro 7.

Quadro 7

Resultados do Teste t : Diferenças no SPC entre Moradores de Venda Livre e de Realojamento

Tipo de habitação	N	Média	Desvio-Padrão	t
Venda livre	76	2.67	1.18	8.4**
Realojamento	78	3.96	.66	

** $p \leq .001$

O resultado do teste t , $t(152) = 8.4$ ($p \leq .001$), revela que os moradores de habitações abrangidas pelo Plano Especial de Realojamento revelam níveis de SPC significativamente maiores que os moradores de Venda Livre, confirmando assim a quinta hipótese colocada.

Variáveis individuais e SPC

De forma a compreender em que medida os fatores individuais – Extroversão, Participação e ESE – têm impacto no SPC dos residentes da AL, procedeu-se à realização de uma regressão linear múltipla, cujos resultados podem ser analisados no Quadro 8.

Quadro 8

Resultados da Regressão Linear Múltipla: Impacto dos fatores individuais no SPC dos residentes da AL

	Variáveis				Modelo				
	B	SE	Beta	t	R	R ²	R ² ajust	SE	F
(Constante)	.769	.292		2.634*	.702	.493	.482	.831	48.225**
Extroversão	.471	.104	.287	4.551**					
Participação	.801	.151	.327	5.298**					
ESE	.496	.086	.359	5.751**					

* $p \leq .01$, ** $p \leq .001$

Embora não se possa inferir causalidade, pois esta investigação é correlacional, o resultado da regressão linear múltipla, $F_{(3,149)} = 48.225$ ($p \leq .001$), revela que este modelo, que

contempla apenas os fatores individuais em estudo, explica 49.3% da variação do SPC, considerando-se um modelo com uma qualidade bastante satisfatória. A influência de cada um destes fatores no SPC é visível na expressão do modelo linear – $SPC = 0.769 + .471EXT + .801PART + .496ESE$ – sendo a participação a variável com maior peso no SPC.

Variáveis comunitárias e SPC

Visando perceber qual o papel dos fatores comunitários – RV e Tipo de Habitação – no SPC dos residentes da AL, procedeu-se à realização de outra regressão linear múltipla, cujos resultados podem ser analisados no Quadro 9.

Quadro 9

Resultados da Regressão Linear Múltipla: Impacto dos fatores comunitários no SPC dos residentes da AL

	Variáveis				Modelo				
	B	SE	Beta	T	R	R ²	R ² ajust	SE	F
(Constante)	.788	.197		4.001**	.776	.602	.596	.736	112.458**
RV	.659	.064	.623	10.271**					
Tipo habitação	.554	.140	.240	3.955**					

** $p \leq .001$

O resultado da regressão linear múltipla, $F_{(2,149)} = 112.458$ ($p \leq .001$), revela que este modelo, que contempla apenas os fatores comunitários em estudo, explica 60.2% da variação do SPC, considerando-se um modelo com uma qualidade bastante satisfatória. A influência de cada um destes fatores no SPC é visível na expressão do modelo linear – $SPC = 0,79 + 0.55THAB + 0.66RV$ – sendo as RV a variável com maior peso no SPC.

Variáveis individuais, variáveis comunitárias e SPC

Após termos avaliado qual o impacto dos fatores individuais e dos fatores comunitários no SPC, individualmente, realizámos novamente uma regressão linear múltipla, composta pelos dois blocos de variáveis, de forma a compreender como é que ambos contribuem para o SPC dos residentes da AL. Os resultados podem ser analisados no Quadro 10.

Quadro 10

Resultados da Regressão Linear Múltipla: Impacto dos fatores individuais e dos fatores comunitários no SPC dos residentes da AL

	Variáveis				Modelo				
	B	SE	Beta	T	R	R ²	R ² ajust	SE	F
(Constante)	.403	.273		1.475	.792	.627	.614	.721	48.819**
Extroversão	.237	.096	.145	2.470*					
Participação	.225	.156	.091	1.443					
ESE	.106	.115	.076	.923					
RV	.523	.081	.493	6.482**					
Tipo habitação	.415	.193	.179	2.150*					

* $p \leq .05$, ** $p \leq .001$

O resultado da regressão linear múltipla, $F_{(5,145)} = 48.819$ ($p \leq .001$), revela que este modelo, que contempla os fatores individuais e os fatores comunitários em estudo, explica 62.7% da variação do SPC, considerando-se um modelo com uma qualidade bastante satisfatória. A influência de cada um destes fatores no SPC é visível na expressão do modelo linear – $SPC = 0.40 + 0.24EXT + 0.23PART + 0.11ESE + 0.42THAB + 0.52RV$ – sendo as RV a variável com maior peso no SPC, seguida do Tipo de Habitação, o que indica que os fatores comunitários têm maior influência no SPC do que os fatores individuais. Uma vez que ambos os tipos de variáveis, individuais e comunitárias, explicam significativamente o SPC, comprovou-se a hipótese 6.

Capítulo IV. Discussão e Conclusões

A presente investigação teve como objetivo avaliar a influência dos fatores individuais (Participação, Extroversão e ESE) e dos fatores comunitários (RV e Tipo de Habitação) no SPC dos residentes da AL, numa perspetiva interacionista (Ekehammar, 1976; Hill, 1996; Magnusson & Endler, 1977). Inicialmente foram formuladas seis hipóteses, tendo os resultados obtidos permitido confirmá-las todas, uma vez que evidenciaram uma relação direta entre cada um dos fatores individuais e dos fatores comunitários e o SPC.

Relativamente à primeira hipótese colocada, constatou-se que os moradores que participam em grupos/associações locais revelam níveis de SPC significativamente maiores que os moradores que não participam, confirmando-se assim a mesma. Verificou-se ainda que o SPC não é influenciado nem pelo tempo de participação nem pelo papel desempenhado pelos residentes no grupo/associação, mas apenas pela frequência de participação na mesma. A frequência de contactos positivos e próximos entre os membros de determinada comunidade é um dos critérios apontados por McMillan e Chavis (1986) enquanto fortalecedor de uma das componentes do SPC, as ligações emocionais partilhadas. Os resultados obtidos vêm confirmar os estudos revistos por McMillan e Chavis (1986), Chavis e Wandersman (1990) e Brodsky et al. (1999) que encontraram uma ligação entre o envolvimento ativo na resolução de problemas do bairro e o SPC. Tal pode dever-se ao aumento da densidade das redes sociais de cada indivíduo, que poderá sofrer um aumento aquando da sua inserção num grupo/associação, e à perceção dos mesmos enquanto membros de uma comunidade que se entreja e que é capaz de trabalhar em conjunto na prossecução de um objetivo comum (Neal & Neal, 2014). Pode ainda analisar-se à luz da teoria do SPC, na medida em que ao envolverem-se voluntariamente nas atividades desenvolvidas por estes grupos/associações, os membros tendem a partilhar entre eles ligações emocionais, sentindo-se enquanto parte integrante da sua comunidade, que consideram satisfazer as suas necessidades e com a qual sentem uma influência bidirecional (McMillan & Chavis, 1986). Estes resultados realçam o impacto que o envolvimento ativo na vida da comunidade e, conseqüentemente, nas relações interpessoais, têm no SPC dos indivíduos. Ao promover a participação ativa estimulam-se, entre outros, a perceção de uma voz ativa na comunidade, a capacidade de resolução de problemas comuns e o desenvolvimento de atividades comunitárias no bairro, que contribuem para o aumento da perceção de suporte social e, conseqüentemente, do bem-estar dos indivíduos.

No que concerne à Personalidade, mais especificamente ao traço da Extroversão, e à sua relação com o SPC, constatou-se que, tal como hipotetizado, estas variáveis estão positivamente relacionadas. Tal significa que quanto mais extrovertidos são os residentes da AL, maiores níveis de SPC tendem a apresentar. De acordo com Lounsbury e DeNeui (1996), os indivíduos mais extrovertidos podem ser influenciados pelo nível percebido de SPC dos vários ambientes, na medida em que se poderão sentir mais atraídos por ambientes e por comunidades que disponibilizem maiores oportunidades de interação, que satisfaçam as suas necessidades e que sejam vistas como tendo maiores níveis de SPC, podendo diferentes ambientes aumentar ou diminuir o nível de extroversão habitual dos indivíduos. Utilizando os termos referidos pelos autores, de uma perspetiva personológica passiva, os indivíduos mais extrovertidos, devido aos seus próprios filtros e predisposições percetivas, podem considerar que determinada comunidade tem maior SPC; de uma perspetiva personológica ativa, os indivíduos mais extrovertidos podem envolver-se mais frequentemente ou num maior número de atividades e contextos que promovem um maior SPC. Esta investigação vem, assim, aumentar o escasso conhecimento existente acerca da relação entre fatores individuais e SPC, nomeadamente entre personalidade e SPC, alargando o nível de análise deste tipo de fatores à área personológica. Embora a personalidade seja estável ao longo da vida, é um aspeto que não pode deixar de ser tido em conta aquando do estudo do SPC.

Os resultados relativos à influência do ESE no SPC dos residentes da AL revelam existir, tal como previsto, uma correlação negativa entre estas variáveis, sendo que os moradores com ESE alto revelam níveis de SPC significativamente menores que os moradores com ESE médio e baixo, que não apresentam diferenças entre si. Estes resultados vêm ao encontro dos de Brodsky et al. (1999), que constatou que o rendimento *per capita* se relaciona inversamente com o SPC. Se por um lado se poderia pensar que quanto maior o ESE, maior os sentimentos de compromisso, envolvimento e satisfação com o bairro, por outro constata-se que a perceção de responsabilidade da comunidade (Hunter & Riger, 1986) e o afastamento dos indivíduos face à mesma aumentam com as exigências que as discrepâncias económicas colocam sobre os residentes com mais recursos económicos. Constata-se assim a importância de considerar não só o papel da homogeneidade socioeconómica do bairro como também dos hábitos de vida e dos valores dos indivíduos na construção do SPC. Tal poderá dever-se à existência de uma barreira socioeconómica implícita que condiciona a relação entre os dois grupos (ESE alto e médio/baixo) devido à não identificação de problemáticas e/ou interesses comuns.

De acordo com vários estudos prévios (Chavis & Wandersman, 1990; Farrell et al., 2004; Nasar & Julian, 1995; Long & Perkins, 2003; Prezza & Costantini, 1998; Prezza et al., 2001; Skjaeveland et al. 1996; Unger & Wandersman, 1982), os resultados desta investigação confirmam a associação positiva entre as RV e o SPC. Constatou-se que as RV são um dos fatores que mais influenciam o SPC e tal pode ser explicado pela frequência do contacto positivo cara-a-cara entre vizinhos. À semelhança do que acontece quando os indivíduos participam em grupos/associações locais, também este contacto contribui para aumentar uma ligação emocional partilhada (McMillan & Chavis, 1986) entre os moradores do bairro o que, por sua vez, facilita a construção e manutenção do SPC (Nasar & Julian, 1995; Prezza et al., 2001; Farrell et al., 2004), pois as redes sociais dos indivíduos estão fortemente relacionadas com o SPC (Pretty, Andrewes & Collett, 1994). A perceção de suporte social, assim como as interações casuais entre vizinhos, revelam-se, deste modo, fatores preponderantes no SPC, na medida em que traduzem mais segurança e reduzem os sentimentos de isolamento.

No que respeita à influência do Tipo de Habitação, constatou-se que os moradores em casas de habitação social revelaram níveis de SPC significativamente maiores que os moradores com casa própria, confirmando-se assim a quinta hipótese colocada. Tal pode dever-se a inúmeros aspetos. Em primeiro lugar, aos anos de residência no bairro (Hill, 1996), pois Skjaeveland, Garling e Maeland (1996) concluíram que viver há mais de 10 anos no bairro está associado com mais RV e, conseqüentemente, com um maior SPC. Assim, os moradores de realojamento (embora possam não morar exatamente na mesma rua) têm maior probabilidade de residirem no território há mais anos do que os moradores que compraram casa na AL, uma vez que os prédios de VL foram construídos, no máximo, há 15 anos. Também o tempo despendido no bairro, que parece ser bastante inferior nos moradores de VL, influencia a rede de contactos dos mesmos, podendo esta ser composta por pessoas exclusivamente de fora do bairro (Brodsky et al., 1999), não havendo contacto com os vizinhos. Além disso, segundo Long (1986) um acontecimento marcante, como o processo de realojamento pelo qual passaram, tem o poder de aproximar as pessoas, o que resulta num maior SPC, que por sua vez pode fazer com que os indivíduos vejam a comunidade e o bairro de forma mais positiva (Chavis & Wandersman, 1990). Já McMillan e Chavis (1986) enfatizam o papel dos valores partilhados na construção do SPC e, como já referido, os dois tipos de moradores parecem apresentar comportamentos, atitudes e valores distintos, pelo que se percebem enquanto duas comunidades diferentes (Compas, 1981; Good et al., 1973), resultado da grande heterogeneidade sociocultural (Kumasaka, Smith & Aiba, 1975). Portes e Vikstrom (2011) constataram que a homogeneidade sociodemográfica tem sido associada

com maiores níveis de confiança, coesão social e pertença, construtos estes considerados enquanto essenciais à construção do SPC. Face à heterogeneidade dos residentes da AL e à percepção de dissemelhança e de insegurança no bairro que alguns moradores de VL parecem demonstrar (Riger, Gordon & LeBailley, 1981), o baixo SPC pode ser entendido por estes enquanto fator protetor (Brodsky, 1996). Uma última explicação possível para a diferença de SPC entre os dois tipos de moradores é o facto de os residentes com mais posses serem atraídos para comprar casa em bairros mais desfavorecidos, numa tentativa de criar zonas mais heterogéneas ao nível socioeconómico; porém, pode acontecer que estes moradores não desenvolvam o seu SPC (Brodsky et al., 1999), pelas razões já mencionadas. À semelhança dos resultados obtidos no que se refere à relação entre ESE e SPC, verifica-se que a homogeneidade social (cultural, demográfica, económica), assim como a história do bairro e das vivências e memórias que os seus moradores possuem têm um papel relevante no SPC, uma vez que potenciam o sentimento de pertença e de coesão grupal, construtos influenciados pela partilha de eventos, de valores, de objetivos e de histórias comuns.

Por último, os resultados obtidos permitiram confirmar também a sexta hipótese, pois revelaram que tanto as variáveis individuais como as variáveis comunitárias explicam significativamente o SPC. Quando avaliadas separadamente, a Participação surgiu enquanto a variável individual que mais explica a variação do SPC e as RV enquanto a variável comunitária com maior destaque. Quando agregados ambos os tipos de fatores, constatou-se que foram os comunitários que apresentaram maior influência no SPC, que poderemos atribuir à heterogeneidade socioeconómica do território no qual se procedeu a recolha de dados, como já referido anteriormente. Desta forma, constata-se a importância dos contributos não só da comunidade mas também dos indivíduos na construção do SPC (Hill, 1996; Lochner, Kawachi & Kennedy, 1999), o que nos proporciona uma visão ecológica (Bronfenbrenner, 1979) a diferentes níveis, micro e macro, deste construto.

A Psicologia Comunitária (PC) interessa-se, entre outros, por criar contextos que promovam tanto o respeito pela diversidade como o SPC (*e.g.* Kelly, 1971; Sarason, 1974). Porém, estudos recentes parecem indicar que as condições contextuais que promovem o respeito pela diversidade (*e.g.* bairros mistos) encontram-se na direção oposta às que promovem o SPC (*e.g.* redes sociais densas; Townley, Kloos, Green & Franco, 2011). Segundo Neal e Neal (2014), a dialética comunidade-diversidade emerge de dois princípios da formação de relações: a *homofilia*, que consiste na tendência para nos associarmos a pessoas semelhantes a nós, e a *proximidade*, que consiste na tendência para nos associarmos a pessoas que estão perto de nós. No entanto, estes autores concluíram que existe uma correlação

negativa entre diversidade e SPC, o que sugere não ser possível promover estes dois valores da PC simultaneamente num mundo em que a formação de relações assenta nos dois princípios referidos. Assim, os autores sugerem que os psicólogos comunitários e os membros da comunidade procurem atingir um equilíbrio entre o respeito pela diversidade e o SPC, avaliando quais os benefícios inerentes a ambos numa perspetiva contextual. Esta ideia é compatível com uma forma de olhar para o SPC não enquanto conceito que precisa de ser desenvolvido até atingir um determinado estado final, mas enquanto resultado das perceções que os indivíduos têm das comunidades nas quais estão inseridos, que podem ser mais ou menos positivas sem que tal seja necessariamente encarado como um problema, não sendo portanto relevante considerar alguns subgrupos de moradores enquanto população de risco.

Limitações do Estudo

A presente investigação apresenta algumas limitações. No processo de recolha de dados, os participantes necessitaram de ajuda, por questões de baixa literacia e de motivação, o que poderá ter contribuído para sentimentos de desajustabilidade social, visível sobretudo na escala da Extroversão. Tal pode ter resultado da inexistência de itens distratores, cuja não inclusão foi propositada de forma a não tornar o questionário mais extenso. No preenchimento desta escala verificou-se também alguma desatenção e/ou défice de compreensão por parte de certos participantes, relativamente aos itens revertidos. Num estudo posterior, seria interessante avaliar não só o traço da Extroversão mas também os restantes quatro definidos pela teoria dos Big Five, podendo ainda avaliar-se em maior pormenor a relação dos mesmos com o SPC e com características sociodemográficas.

Ainda em relação aos instrumentos utilizados, é de referir o facto de a escala de RV não estar validada para a população portuguesa, tendo sido traduzida do original em inglês para a língua portuguesa, o que pode ter originado algum tipo de enviesamentos. Nesta escala constatou-se que o item 5 (“Quantas vezes já ofereceu boleia a um vizinho, quando ele precisou?”) precisaria de ser reformulado de forma a adaptar-se a qualquer contexto e tipo de população, pois muitos dos participantes residentes nos prédios de habitação social não possuem viatura própria, tendo apresentado dificuldade em responder.

A dimensão da amostra de participantes em grupos/associações locais foi um pouco reduzida, o que poderá ter contribuído para que não se tenham obtido resultados tão significativos quanto o esperado, sobretudo no papel da participação na regressão múltipla com ambos os fatores. Uma amostra maior permitiria explorar a importância dos vários tipos

de participação (geral, cívica, política) no SPC e talvez obter resultados relativamente ao impacto da duração, do nível e da regularidade dessa mesma participação no SPC.

Um item que se revelou em falta no decorrer da recolha de dados foi o tempo de residência no território antes do processo de realojamento, uma vez que história parece ter um papel no desenvolvimento do SPC (Brodsky et al., 1999). Ainda relativamente ao tipo de habitação, este estudo não permite avaliar se as diferenças de SPC entre realojamento e VL estão relacionadas com o ESE e consequente estilo de vida ou com o facto de os moradores de VL residirem no território há menos tempo do que os de realojamento.

Através da realização deste estudo é possível verificar que a distinção entre fatores puramente individuais e fatores puramente comunitários nem sempre é fácil, uma vez que o indivíduo influencia o seu meio e vice-versa. Estamos cientes que a metodologia adequada para avaliar estas questões seria uma análise multi-nível, no entanto tal não foi possível, dada a limitação de tempo e de conhecimentos adquiridos até à data, assim como a inexistência de financiamentos para a investigação.

Por fim, o facto de não ser um estudo longitudinal não permite avaliar a causalidade nem a direção da relação, permitindo apenas afirmar que os dois tipos de fatores estão associados ao SPC. Estudos anteriores (Chavis & Wandersman, 1990) sugerem a existência de relações bidirecionais entre variáveis nos modelos de SPC, que não são possíveis de avaliar num estudo transversal como o presente, pelo que, consequentemente, as análises estatísticas utilizadas foram relativamente simples.

Contributos do Estudo

O presente estudo contribuiu para enriquecer o estado da arte acerca do SPC, um construto relativamente pouco estudado, visando compreender os fatores que influenciam o SPC através da análise simultânea do impacto de variáveis individuais e comunitárias, ou seja, através de um modelo que contempla a relação dos dois tipos de fatores com o SPC, de uma forma interacionista. Assim, esta investigação aplica o conhecimento e a teoria da Psicologia Social e Comunitária na conceptualização do comportamento enquanto função da pessoa e do ambiente (Brodsky, O'Campo & Aronson, 1999; Lewin, 1935). Os contributos do indivíduo e da comunidade são ambos essenciais para a construção de uma comunidade saudável e revela-se de extrema importância conhecer de que forma se pode tirar o melhor partido da conjugação de ambos os fatores na construção do SPC (Hill, 1996; Lochner, Kawachi & Kennedy, 1999).

Esta investigação decorreu numa comunidade geográfica relativamente recente, bastante heterogénea e com um grande tecido associativo, revelando-se assim um território bastante rico para avaliar a contribuição de vários construtos para o SPC. Os resultados configuram-se importantes para os psicólogos comunitários e para os responsáveis pela construção de políticas públicas, na medida em que aponta alguns aspetos a ter em consideração aquando do planeamento urbanístico e desenho de intervenções comunitárias, para que estas possam ser o mais adaptadas possível às características da população. Intervenções focadas ao nível da comunidade podem ser eficazes em mudar o meio envolvente de forma a promover um SPC positivo, trazendo recursos necessários tanto para os indivíduos como para as comunidades, sem colocar o peso da mudança apenas nos indivíduos (Brodsky et al. 1999). Criar espaços públicos que permitam a interação e o contacto entre os diversos moradores e, conseqüentemente, a promoção da tolerância e o respeito uns pelos outros, a desconstrução de mitos, receios e estereótipos (*e.g.* Allport, 1954) e ainda proporcionar oportunidades de envolvimento da população em grupos/associações locais que tenham o poder de mudar podem ser alguns dos caminhos a tomar para promover o aumento do SPC. Porém, há que ter em conta que a heterogeneidade das comunidades tem implicações importantes tanto para o desenho das intervenções como para os resultados das mesmas (Brooks-Gunn, Duncan, Klebanov & Sealander, 1993).

Outro ponto forte deste estudo é o facto de ser inovador ao abordar a influência de um traço de personalidade, a extroversão, no SPC, uma vez que é um dos poucos a nível mundial e o único conhecido a nível nacional que aborda a relação entre o SPC e variáveis personológicas, na tentativa de compreender se o SPC resulta, em parte, da personalidade dos indivíduos.

Por último, esta investigação permitiu complementar um estudo anterior realizado na AL (Morais, 2010) colmatando a ausência de itens que diferenciem os participantes ao nível das diferenças entre os dois grupos de moradores e analisando a influência do tipo de habitação no SPC dos residentes.

Sugestões para Estudos Futuros

Futuramente, em estudos cuja temática é o SPC, seria interessante avaliar de que forma o tipo de bairro (tradicional/contemporâneo), a homogeneidade, o tempo de existência e a localização (rural/urbano) do mesmo têm impacto no SPC e se os fatores individuais e comunitários encontrados neste estudo se aplicam de igual forma em vários bairros, utilizando

uma abordagem comparativa que permitisse generalizar os resultados. Seria ainda relevante perceber se, por exemplo, a Extroversão e o ESE teriam algum tipo de influência no SPC de indivíduos pertencentes a comunidades não geográficas (relacionais).

Seria também importante complementar o estudo quantitativo desta temática com uma abordagem mais qualitativa, que permitisse avaliar a fidelidade do que os participantes relatam nas escalas e compreender melhor alguns aspetos que não são possíveis de avaliar apenas pelos questionários. Tal inclui o modo como os dois tipos de moradores veem o bairro (para avaliar sobretudo o medo do crime e a perceção de segurança; Lindblad, Manturuk & Quercia, 2013) e qual o impacto destas perceções no SPC ou ainda o que os leva a fazer parte de grupos/associações locais. Estes aspetos permitiriam explorar posteriormente a influência de novas variáveis no SPC, abrindo assim portas ao desenvolvimento de novas investigações.

Decorrente das limitações referidas atrás e do processo de recolha de dados, sugere-se ainda adaptar o questionário, aumentar o número de participantes (sobretudo em grupos/associações locais), incluir na amostra pessoas que, embora não vivam no bairro, lá trabalhem (em associações locais ou noutras) e analisar a influência de outros fatores sociodemográficos (*e.g.* sexo, idade, número de anos de residência) no SPC. Seria importante proceder-se a estudos longitudinais, para avaliar a causalidade e ainda a análises mais complexas (*e.g.* modelos de causalidade recíproca) que avaliem também as relações entre as diversas variáveis em estudo, pois os estudos efetuados parecem indicar relações bidirecionais (Chavis, Hogge, McMillan, & Wandersman, 1986; McMillan & Chavis, 1986; Unger & Wandersman, 1982).

Conclusões

A presente investigação avaliou o impacto de fatores individuais (Participação, Extroversão e ESE) e de fatores comunitários (RV e Tipo de Habitação) no SPC, tendo concluído que ambos exercem uma influência significativa no mesmo. Separadamente, estes explicam 49% e 60%, respetivamente, da variação do SPC e quando incluídos no mesmo modelo explicam 63%, uma percentagem considerável. Estes resultados revelam a importância de ter em conta ambos os fatores aquando do desenho de intervenções comunitárias, que se torna particularmente desafiante em contextos heterogéneos. Estas intervenções poderão visar a promoção do contacto entre diferentes tipos de moradores, recorrendo, por exemplo, a líderes comunitários, que poderão estimular a discussão de problemas, necessidades e/ou interesses comuns (*e.g.* em fóruns comunitários), numa lógica de *empowerment* coletivo.

Referências

- Ahlbrandt, R. S. (1984). *Neighborhoods, people and community*. New York: Plenum.
- Ahlbrandt, R. S., & Cunningham, J. V. (1979). *A new public policy for neighborhood preservation*. New York: Praeger.
- Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice*. Reading: Addison-Wesley.
- Amaro, J. P. (2007). Sentimento psicológico de comunidade: Uma revisão. *Análise Psicológica*, XXV, 25-33.
- American Psychological Association (2002). Ethical principles of psychologists and code of conduct. *American Psychologist*, 57, 1060–1073.
- Bachrach, K., & Zautra, A. J. (1985). Coping with a community stressor: the threat of a hazardous waste facility. *Journal of Health and Social Behavior*, 26, 127-141.
- Bandura, A. (1986). *Social foundations of thought and action: A social cognitive theory*. Englewood Cliffs: Prentice- Hall, Inc.
- Bean, H. B. (1971). *The effects of a role-model and instructions on group interpersonal openness and cohesiveness*. Dissertação de Doutoramento não publicada. Morgantown: West Virgins University.
- Berry, W. (2002). *The art of the commonplace: The agrarian essays*. Washington D.C.: Counterpoint.
- Bess, K. D., Fisher, A. T., Sonn, C. C., & Bishop, B. J. (2002). Introduction. In A. T. Fisher, C. C. Sonn & B. J. Bishop (Eds.) *Psychological sense of Community: Research, applications and implications* (p. 6). New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- Brodsky, A. (1996). Resilient single mothers in risky neighbourhoods: Negative psychological sense of community. *Journal of Community Psychology*, 24, 347-363.
- Brodsky, A. E., O'Campo, P. J., & Aronson, R. E. (1999). PSOC in community context: Multi-level correlates of a measure of psychological sense of community in low-income, urban neighborhoods. *Journal of Community Psychology*, 27, 659-679.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: experiments by nature and design*. Cambridge: Harvard University Press.
- Brooks-Gunn, J., Duncan, G.J., Klebanov, P.K., & Sealand, N. (1993). Do neighborhoods influence child and adolescent behavior? *American Journal of Sociology*, 99, 335–95.
- Buckner, J. C. (1988). The development of an instrument to measure neighborhood cohesion. *American Journal of Community Psychology*, 16, 771–791.
- Burroughs, S. M., & Eby, L. T. (1998). Psychological sense of community at work: A measurement system and explanatory framework. *Journal of Community Psychology*, 26, 509-532.
- Calder, B., & Schurr, P. (1981). Attitudinal processes in organizations. *Research in Organizational Behavior*, 3, 283-302.
- Carapinha, A. (2010). *Influência do processo de realojamento na percepção de sentido de comunidade e apoio social percebido*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Lisboa: Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa.

- Cardoso, H. (2005). A quantificação do estatuto socioeconómico em populações contemporâneas e históricas: dificuldades, algumas orientações e importância na investigação orientada para a saúde. *Antropologia Portuguesa*, 22/23, 247-272.
- Chavis, D. M., & Newbrough, J. R. (1986). The meaning of "community" in community psychology. *Journal of Community Psychology*, 14, 335-340.
- Chavis, D. M., Hogge, J. H., McMillan, D. W., & Wandersman, A. (1986). Sense of community through Brunswik's lens: A first look. *Journal of Community Psychology*, 14, 24-40.
- Chavis, D. M., & Wandersman, A. (1990). Sense of community in the urban environment: A catalyst for participation and community development. *American Journal of Community Psychology*, 18, 55-81.
- Compas, B. (1981). Psychological sense of community among treatment analogue group members. *Journal of Applied Social Psychology*, 1, 151-165.
- Costa, P. T., & McCrae, R. R. (1980). Influence of Extraversion and Neuroticism on subjective well-being: happy and unhappy people. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38, 668-678.
- Costa, P. T., & McCrae, R. R. (1992). *Revised NEO Personality Inventory (NEO-PI-R) and NEO Five-Factor Inventory (NEO-FFI) manual*. Odessa: Psychological Assessment Resources.
- Costa, P.T., & McCrae, R. R. (1999). The five-factor theory of personality. In O. P. John, R. W. Robins, & L. A. Pervin (Eds.), *Handbook of Personality, Third Edition: Theory and Research* (pp. 159-181). New York: Guilford.
- Dancey, C., & Reidy, J. (2006). *Estatística sem matemática para psicologia: usando SPSS para Windows*. Porto Alegre, Artmed.
- Davidson, W., & Cotter, P. (1986). Measurement of sense of community within the sphere of city. *Journal of Applied Social Psychology*, 16, 608-619.
- Davidson, W., & Cotter, P. (1991). The relationship between sense of community and subjective wellbeing: A first look. *Journal of Community Psychology*, 19, 246-253.
- Davidson, W. & Cotter, P. (1993). Psychological sense of community and support for public school taxes. *American Journal of Community Psychology*, 21, 59-66.
- Davidson, W., Cotter, P., & Stovall, J. G. (1991). Social predispositions for the development of sense of community. *Psychological Reports*, 68, 817-818.
- DeNeui, D. (2003). An investigation of first-year college students' psychological sense of community on campus. *College Student Journal*, 37, 224-234.
- Dietz, R. D., & Haurin, D. R. (2003). The social and private micro-level consequences of homeownership. *Journal of Urban Economics*, 54, 401-450.
- Digman, J. M. (1990). Personality structure: Emergence of the five-factor model. *Annual Review of Psychology*, 41, 417-440.
- Doolittle, R., & McDonald, D. (1978). Communication and sense of community in a metropolitan neighborhood: a factor analytic examination. *Communication Quarterly*, 26, 2-7.
- Dunham, H. W. (1986). The community today: Place or process. *Journal of Community Psychology*, 14, 399-404.

- Durkheim, E. (1964). *The division of labor in society*. New York: Free Press of Glencoe.
- Eaves, L. J., Eysenck, H.J., & Martin, N. G. (1989). *Genes, culture and personality*. San Diego: Academic Press.
- Ehrlich, J. J., & Graeven, D. B. (1971). Reciprocal self-disclosure in a dyad. *Journal of Experimental Social Psychology*, 7, 389-400.
- Ekehammar, B. (1976). Interactionism in personality from a historical perspective. *Psychological Bulletin*, 81, 1026-1048.
- Farrell, S. J., Aubry, T., & Coulombe, D. (2004). Neighborhoods and neighbors: do they contribute to personal well-being? *Journal of Community Psychology*, 32, 9-25.
- Fisher, A. T., & Sonn, C. C. (1999). Aspiration to community: Community responses to oppression. *Journal of Community Psychology*, 27, 715-725.
- Florin, P. R., & Wandersman, A. (1984). Cognitive social learning and participation in community development. *American Journal of Community*, 12, 689-708.
- Freud, S. (1940). *An outline of psychoanalysis*. London: Hogarth Press.
- Garcia, I., Giuliani, F. & Wiesenfeld, E. (1999). Community and sense of community: The case of an urban barrio in Caracas. *Journal of Community Psychology*, 27, 727-740.
- Glynn, T. J. (1981). Psychological sense of community: Measurement and application. *Human Relations*, 34, 780-818.
- Glynn, T. J. (1986). Neighborhood and sense of community. *Journal of Community Psychology*, 14, 341-352.
- Good, L. R., Good, K. C., & Golden, S. B. (1973). Similarity of attitude and attraction to a community. *Psychological Reports*, 32, 975-981.
- Gusfield, J. R. (1975). *The community: A critical response*. New York: Harper Colophon.
- Heller, K. (1989). The return to community. *American Journal of Community Psychology*, 17, 1-15.
- Herbert, C. & Belsky, E. S. (2008a). The homeownership experience of low-income and minority households: A review and synthesis of the literature. *Cityscape*, 10, 5-60.
- Hill, J. L. (1996). Psychological sense of community: Suggestions for future research. *Journal of Community Psychology*, 24, 431-438.
- Hillary, G. A. (1955). Definitions of community: Areas of agreement. *Rural Sociology*, 20, 111-123.
- Hunter, A., & Riger, S. (1986). The meaning of community in community mental health. *Journal of Community Psychology*, 14, 55-71.
- Instituto do Emprego e Formação Profissional (2010). Classificação Portuguesa das Profissões. Retirado em 12 de março de 2014 de http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=107961853&PUBLICACOESmodo=2.
- James, L. A. & Jones, A. P. (1974). Organizational climate: A review of theory and research. *Psychological Bulletin*, 81, 1096-1112.
- John, O. P. (1990). The "Big Five" factor taxonomy: Dimensions of personality in the natural language and questionnaires. In L. A. Pervin (Ed.), *Handbook of personality: Theory and research* (pp. 66-100). New York: Guilford Press.

- K' Cidade & CEDRU (2009). *Diagnóstico da Alta de Lisboa*. Manuscrito não publicado, Lisboa.
- Kelley, H. H., & Volkart, E. H. (1952). The resistance to change of group-anchored attitudes. *American Sociological Review*, *1*, 433-465.
- Kelley, H. H., & Woodruff, C. L. (1956). Members' reactions to apparent group approval of a counternorm communication. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, *52*, 67-74.
- Kelly, J. G. (1971). Qualities for the community psychologist. *American Psychologist*, *26*, 897-903.
- Kumasaka, Y., Smith, R. J., & Aiba, H. (1975). Crimes in New York and Tokyo: Sociocultural perspectives. *Community Mental Health Journal*, *11*, 19-26.
- Lenzi, M., Vieno, A., Santinello, & Perkins, D. D. (2013). How neighborhood structural and institutional features can shape neighborhood social connectedness: A multilevel study of adolescent perceptions. *American Journal of Community Psychology*, *51*, 451-467.
- Lewin, K (1935). *A dynamic theory of personality*. New York: McGraw-Hill.
- Lima, M., & Simões, A. (2000). *NEO-PI-R manual profissional*. Lisboa: CEGOC.
- Lindblad, M., Manturuk, K., Quercia, R. (2013). Sense of community and informal social control among lower income households: The role of homeownership and collective efficacy in reducing subjective neighborhood crime and disorder. *American Journal of Community Psychology*, *51*, 123-139.
- Lochner, K., Kawachi, I. & Kennedy, B. P. (1999). Social capital: a guide to its measurement. *Health and Place*, *5*, 259 -270.
- Long, D. A., & Perkins, D. D. (2003). Confirmatory factor analysis of the sense of community index and development of a brief SCI. *Journal of Community Psychology*, *31*, 279-296.
- Long, N. E. (1986). The city as a political community. *Journal of Community Psychology*, *14*, 72-80.
- Lounsbury, J. W., & DeNeui, D. (1996). Collegiate psychological sense of community in relation to size of college/university and extroversion. *Journal of Community Psychology*, *24*, 381-394.
- Lounsbury, J. W., Loveland, J. M., & Gibson, L. W. (2003). An investigation of psychological sense of community in relation to Big Five personality traits. *Journal of Community Psychology*, *31*, 531-541.
- Magnusson, D., & Endler, N. S. (1977). Interactional psychology: Present status and future prospects. In D. Magnusson & N. S. Endler (Eds.), *Personality at the crossroads: Current issues in interactional psychology* (pp. 3-31). Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates Inc.
- Mannarini, T., & Fedi, A. (2009). Multiple senses of community: the experience and meaning of community. *Journal of Community Psychology*, *37*, 211-227.
- Manninno, C. A., & Snyder, M. (2012). Psychological sense of community: contributions toward a new understanding. *Global Journal of Community Psychology Practice*, *3*, 393-397.
- Marante, L. (2010). *A reconstrução do sentido de comunidade: Implicações teórico-metodológicas no trabalho sobre a experiência de sentido de comunidade*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Lisboa: Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa.

- McCrae, R. R., & Costa, P. T. (1996). Toward a new generation of personality theories: theoretical contexts for the five-factor model. In J. S. Wiggins (Ed.), *The Five-Factor Model of Personality – Theoretical perspectives*. New York: The Guilford Press.
- McCrae, R. R. & Costa, P. T. (1997b). Personality trait structure as a human universal. *American Psychologist*, 52, 509-516.
- McCrae, R. R., & Costa, P. T. (2003). *Personality in adulthood, a five-factor theory perspective* (2nd ed.). New York: Guilford Press.
- McCrae, R. R. & John, O. P. (1992). An introduction to the five-factor model and its applications. *Journal of Personality*, 60, 175-215.
- McCrae, R. R., Terracciano, A., & Members of the Personality Profiles of Cultures Project. (2005a). Universal features of personality traits from the observer's perspective: Data from 50 cultures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 88, 547-561.
- McMillan, D. W. (1996). Sense of Community. *Journal of Community Psychology*, 24, 315-325.
- McMillan, D. W., & Chavis, D. M. (1986). Sense of community: A definition and theory. *Journal of Community Psychology*, 14, 6-23.
- Michelson, W. (1976). *Man and his urban environment*. Boston: Addison-Wesley.
- Montero, M. (2004). *Introducción a la psicología comunitaria: Desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós.
- Morais, S. (2010). *Viver na Alta de Lisboa: O impacto do sentimento psicológico de comunidade e das relações de vizinhança no bem-estar*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e das Organizações. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Morris, L. W. (1979). *Extroversion and introversion: An interactional perspective*. New York: Hemisphere.
- Myers, I. B., & McCaulley, M. H. (1985). *Manual: A guide to the development and use of the Myers-Briggs type indicator*. Palo Alto: Consulting Psychologists Press.
- Nasar, J. L., & Julian, D. A. (1995). The psychological sense of community in the neighborhood. *Journal of the American Planning Association*, 61, 178-184.
- Neal, Z. P., & Neal, J. W. (2014). The (in)compatibility of diversity and sense of community. *American Journal of Community Psychology*, 53, 1-12.
- Obst, P. L., & White, K. M. (2005). Three-dimensional strength of identification across group memberships: A confirmatory factor analysis. *Self and Identity*, 4, 69-80.
- Ordem dos Psicólogos Portugueses (2011). Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses. *DR 2ª série*, 78, 17931- 17936.
- Ornelas, J. (2008). *Psicologia Comunitária*. Lisboa: Fim de Século.
- Perkins, D. D., Brown, B. B., & Taylor, R. B. (1996). The ecology of empowerment: Predicting participation in community organizations. *Journal of Social Issues*, 52, 85-110.
- Perkins, D. D., Florin, P., Rich, R. C., Wandersman, A., & Chavis, D. M. (1990). Participation and the social and physical environment of residential blocks: Crime and community context. *American Journal of Community Psychology*, 18, 83-115.
- Perkins, D. D., & Long, D.A. (2002). Neighborhood sense of community and social capital: A multi-level analysis. In A. Fisher, C. Sonn, & B. Bishop (Eds.), *Psychological sense of community: Research, applications, and implications* (pp. 291-318). New York: Plenum.

- Peterson, J. A., & Martens, R. (1972). Success and residential affiliation as determinants of team cohesiveness. *Research Quarterly*, *43*, 63-76.
- Peterson, N., Speer, P. & McMillan, D. (2008). Validation of brief sense of community scale: confirmation of the principal theory of sense of community. *Journal of Community Psychology*, *36*, 61-73.
- Portes, A., & Vikstrom, E. (2011). Diversity, social capital, and cohesion. *Annual Review of Sociology*, *37*, 461-479.
- Pretty, G. H., Andrewes, L., & Collett, C. (1994). Exploring adolescents' sense of community and its relationship to loneliness. *Journal of Community Psychology*, *22*, 346–358.
- Pretty, G. H., & McCarthy, M. (1991). Exploring psychological sense of community among women and men of the corporation. *Journal of Community Psychology*, *19*, 351–361.
- Prezza, M., & Costantini, S. (1998). Sense of community and life satisfaction: Investigation in three different territorial contexts. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, *8*, 181-194.
- Prezza, M., Amici, M., Roberti, T., & Tedeschi, G. (2001). Sense of community referred to the whole town: Its relations with neighboring, loneliness, life satisfaction, and area of residence. *Journal of Community Psychology*, *29*, 29-52.
- Rappaport, J. (1981). In praise of paradox: a social policy of empowerment over prevention. *American Journal of Community Psychology*, *9*, 1-25.
- Riger, S., Gordon, M. T. & LeBailly, R. (1981). Community ties and urbanites' fear of crime: An ecological investigation. *American Journal of Community Psychology*, *9*, 653-665.
- Riger, S., Lavrakas, P. J. (1981). Community ties: Patterns of attachment and social interaction in urban neighborhoods. *American Journal of Community Psychology*, *9*, 55-66.
- Roberts, K. H., & Click, W. (1981). The job characteristics approach to task design: A critical review. *Journal of Applied Psychology*, *66*, 193-217.
- Robinson, D., & Wilkinson, D. (1995). Sense of community in a remote mining town: Validating a neighbourhood cohesion scale. *American Journal of Community Psychology*, *23*, 137-148.
- Rogers, C. R. (1951). *Client-centered therapy*. Boston: Houghton Mifflin.
- Rohe, W. M., Van Zandt, S., & McCarthy, G. (2002). Home ownership and access to opportunity: a review of the research evidence. *Housing Studies*, *17*, 51-61.
- Royal, M. A., & Rossi, R. J. (1996). Individual-level correlates of sense of community: Findings from workplace and school. *Journal of Community Psychology*, *24*, 395-416.
- Saegert, S., & Winkel, G. (1998). Social capital and the revitalization of New York city's distressed inner-city housing. *Housing Policy Debate*, *9*, 17–60.
- Sarason, S. B. (1974). *The psychological sense of community: Prospects for a community psychology*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Sheldon, W. H. (1954). *Atlas of men*. New York: Harper.
- Skjaeveland, O., Garling, T. & Maeland, J.G. (1996). A multidimensional measure of neighboring. *American Journal of Community Psychology*, *24*, 413-435.
- Townley, G., Kloos, B., Green, E. P., & Franco, M. M. (2011). Reconcilable differences? Human diversity, cultural relativity and sense of community. *American Journal of Community Psychology*, *47*, 69-85.

- Twenge, J. M. (2001a). Birth cohort changes in extraversion: A cross-temporal meta-analysis. *Personality and Individual Differences, 30*, 735-748.
- Unger, D. G., & Powell, D. R. (1980). Supporting families under stress: The role of social networks. *Family Relations, 29*, 566-574.
- Unger, D. G., & Wandersman, A. (1982). Neighboring in a urban environment. *American Journal of Community Psychology, 10*, 493-509.
- Unger, D. G., & Wandersman, A. (1983). Neighboring and its role in block organizations: An exploratory report. *American Journal of Community Psychology, 11*, 291-300.
- Unger, D. G., & Wandersman, A. (1985). The importance of neighbors: The social, cognitive, and affective components of neighboring. *American Journal of Community Psychology, 13*, 139-169.
- Wandersman, A., & Giamartino, G. A. (1980). Community and individual difference characteristics as influences on initial participation. *American Journal of Community Psychology, 8*, 217-228.
- Weiss, R. S. (1982). Attachment in adult life. In C. M. Parkes & J. Stevenson-Hinde (Eds.), *The place of attachment in human behavior* (pp. 111-184). New York: Wiley.
- Wellman, B. (1981). The community question. *American Journal of Sociology, 84*, 1201-31.
- Zander, A., & Cohen, A. R. (1955). Attributed social power and group acceptance: A classroom experimental demonstration. *Journal of Abnormal and Social Psychology, 51*, 490-492.

Anexo A